



**Ministério do Meio Ambiente**  
**Serviço Florestal Brasileiro**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

**MARÇO/2012**



**Ministério do Meio Ambiente**  
**Serviço Florestal Brasileiro**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU nº 2.546, de 27 de dezembro de 2010).

**Brasília, 31/3/2012**

## LISTA DE SIGLAS

<b>SIGLA</b>	<b>SIGNIFICADO</b>	<b>SIGLA</b>	<b>SIGNIFICADO</b>
ABC	Programa Agricultura de Baixo Carbono	LPF	Laboratório de Produtos Florestais
APA	Área de Proteção Ambiental	MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
APNE	Associação Plantas do Nordeste	MFC	Manejo Florestal Comunitário
Autex	Autorização de Exploração	MMA	Ministério do Meio Ambiente
CAM	Centro de Apoio aos Microempreendedores	MONA	Monumento Natural
Ceman	Centro de Monitoramento Ambiental	MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Cenaflor	Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal	OIMT	Organização Internacional de Madeiras Tropicais
Ceprof-PA	Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais do Estado do Pará	PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
CGFPU	Cadastro Geral de Florestas Públicas da União	PAE	Projeto Agroextrativista
CGU	Controladoria Geral da União	PAF	Projeto de Assentamento Florestal
Cirad	Centro Internacional de Pesquisa Agronômica e Desenvolvimento do Governo Francês	PAOF	Plano Anual de Outorga Florestal
Cites	Convenção do Clima, da Biodiversidade e das Espécies Ameaçadas	PAS	Plano Amazônia Sustentável
CNAE	Comissão Nacional de Classificação	PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
CND	Conselho de Defesa Nacional	PIB	Produto interno bruto
CNFP	Cadastro Nacional de Florestas Públicas	PMCF	Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação	PMFS	Plano de Manejo Florestal Sustentável
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente	PNF	Plano Nacional de Florestas
Detex	Sistema de Detecção da Exploração Seletiva	PNGF	Portal Nacional da Gestão Florestal
DFS	Distritos Florestais Sustentáveis	PNMC	Plano Nacional sobre Mudança do Clima
DOF	Documento de Origem Florestal	PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural	POA	Plano Operacional Anual
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	PPA	Plano Plurianual
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação	PPCDAM	Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
Flona	Floresta Nacional	RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
FNDF	Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	Resex	Reserva Extrativista
FPF	Florestas Públicas Federais	SFB	Serviço Florestal Brasileiro
Funai	Fundação Nacional do Índio	Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Furb	Fundação Universidade Regional Blumenau	Siasg	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
Geal	Gerência Executiva de Administração e Logística	Sicafi	Sistema de Cadastro, Fiscalização e Arrecadação
GECEF	Gerência Executiva de Concessões Florestais	Siconv	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
GEFCFP	Gerência Executiva de Cadastro de Florestas Públicas	SIGPlan	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
GEFC	Gerência Executiva de Florestas Comunitárias	Sinama	Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente
Geff	Gerência Executiva de Fundo e Fomento	Siorg	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
Geinf	Gerência Executiva de Informações Florestais	Sipam	Sistema de Proteção da Amazônia
GIZ	Agência de Cooperação Alemã	Sisflora	Sistema de Cadastro, Comercialização e Transporte de Produtos Florestais
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Sisnama	Sistema Nacional do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Snif	Sistema Nacional de Informações Florestais

<b>SIGLA</b>	<b>SIGNIFICADO</b>	<b>SIGLA</b>	<b>SIGNIFICADO</b>
IFN	Inventário Florestal Nacional	SPU	Secretaria de Patrimônio da União
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	TCU	Tribunal de Contas da União
Inea	Instituto Estadual do Meio Ambiente	UC	Unidade de Conservação
Inpe	Instituto Nacional de Pesquisa Espacial	UCN	The International Union Conservation of Nature
ISA/ VIC	Associação Instituto Socioambiental de Viçosa	UMF	Unidade de Manejo Florestal
LAF	Sistema de Licenciamento de Atividades Florestais	UnB	Universidade de Brasília
LDO	Lei das Diretrizes Orçamentárias	UR	Unidade Regional
LGFP	Lei de Gestão de Florestas Públicas	ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico
LOA	Lei Orçamentária Anual		

## **LISTA DE QUADROS E FIGURAS**

### **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1. Atividades Desenvolvidas por Gerência e Centro Especializado. ....	11
Quadro 2. Planejamento Estratégico 2008-2011 do Serviço Florestal Brasileiro. ....	19
Quadro 3. Chamadas de Projetos realizadas pelo FNDF em 2010. ....	33
Quadro 4. Dados gerais do Programa 0506. ....	35
Quadro 5. Dados gerais da Ação 2D25. ....	35
Quadro 6. Execução Física da Ação 2D25. ....	36
Quadro 7. Dados gerais da Ação 10F1. ....	37
Quadro 8. Execução Física da Ação 10F1. ....	37
Quadro 9. Dados gerais da Ação 10TC. ....	38
Quadro 10. Execução Física da Ação 10TC. ....	38
Quadro 11. Dados gerais da Ação 10TD. ....	39
Quadro 12. Execução Física da Ação 10TD. ....	39
Quadro 13. Dados gerais da Ação 20A7. ....	41
Quadro 14. Execução Física da Ação 20A7. ....	41
Quadro 15. Dados gerais da Ação 2D12. ....	42
Quadro 16. Execução Física da Ação 2D12. ....	42
Quadro 17. Dados gerais da Ação 2D13. ....	44
Quadro 18. Execução Física da Ação 2D13. ....	45
Quadro 19. Dados gerais da Ação 4641. ....	45
Quadro 20. Execução Física da Ação 4641. ....	46
Quadro 21. Dados gerais da ação 4950. ....	47
Quadro 22. Execução Física da Ação 4950. ....	47
Quadro 23. Dados gerais da Ação 6035. ....	48
Quadro 24. Execução Física da Ação 6035. ....	49
Quadro 25. Dados gerais da Ação 8298. ....	50
Quadro 26. Execução Física da Ação 8298. ....	50
Quadro 27. Projetos Contratados em 2011 pelo FNDF. ....	51
Quadro 28. Dados gerais da Ação 8300. ....	52
Quadro 29. Execução Física da Ação 8300. ....	52
Quadro 30. Dados gerais da Ação 8304. ....	53
Quadro 31. Execução Física da Ação 8304. ....	53
Quadro 32. Dados gerais da Ação 20CW. ....	54
Quadro 33. Execução Física da Ação 20CW. ....	54
Quadro 34. Dados gerais da Ação 09HB. ....	55
Quadro 35. Execução Física da Ação 09HB. ....	55
Quadro 36. Dados gerais da Ação 2004. ....	56
Quadro 37. Execução Física da Ação 2004. ....	56
Quadro 38. Dados gerais da Ação 2010. ....	57
Quadro 39. Execução Física da Ação 2010. ....	57
Quadro 40. Dados gerais da Ação 2011. ....	58
Quadro 41. Execução Física da Ação 2011. ....	58
Quadro 42. Dados gerais da Ação 2012. ....	59
Quadro 43. Execução Física da Ação 2012. ....	59
Quadro 44. Identificação das Unidades Orçamentárias. ....	60
Quadro 45. Programação de Despesas Correntes. ....	61
Quadro 46. Programação de Despesas Capital. ....	62
Quadro 47. Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência. ....	63
Quadro 48. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa. ....	64
Quadro 49. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários UJ. ....	66
Quadro 50. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ. ....	67
Quadro 51. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ. ....	68
Quadro 52. Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores. ....	70
Quadro 53. Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12. ....	71

Quadro 54. Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12. ....	72
Quadro 55. Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (situação em 31 de dezembro).....	73
Quadro 56. Quantidade de servidores da UJ por faixa etária (situação apurada em 31/12). ....	73
Quadro 57. Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade (situação apurada em 31/12).....	74
Quadro 58. Composição do Quadro de Servidores Inativos (situação apurada em 31 de dezembro). ....	74
Quadro 59. Composição do Quadro de Instituidores de Pensão (situação apurada em 31/12).....	75
Quadro 60. Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores. ....	76
Quadro 61. Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada. ....	77
Quadro 62. Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados.....	78
Quadro 63. Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados. ....	79
Quadro 64. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva. ....	80
Quadro 65. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	81
Quadro 66. Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência. ....	84
Quadro 67. Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios. ....	85
Quadro 68. Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes.....	85
Quadro 69. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. ....	86
Quadro 70. Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	87
Quadro 71. Estrutura de controles internos da UJ. ....	89
Quadro 72. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis. ....	91
Quadro 73. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros. ....	93
Quadro 74. Gestão da Tecnologia da Informação da UJ. ....	94
Quadro 75. Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	95
Quadro 76. Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica). ....	95
Quadro 77. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício. ....	96

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1. Organograma do Serviço Florestal Brasileiro.....	10
--	----

## SUMÁRIO

Organograma Funcional.....	10
Introdução .....	12
Parte A.....	14
1. Identificação.....	14
2. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira.....	16
2.1. Responsabilidades institucionais da unidade.....	16
2.1.1 Competência institucional.....	16
2.1.2 Objetivos estratégicos .....	19
2.2. Estratégia de atuação perante as responsabilidades institucionais .....	20
2.3. Programas e Ações sob responsabilidade da unidade.....	34
2.3.1. Programa Nacional de Florestas.....	34
2.3.2. Principais Ações do Programa .....	35
2.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro .....	60
2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa.....	60
2.4.2 Programação de Despesas Corrente .....	60
Quadro 45. Programação de Despesas Correntes.....	61
2.4.3 Programação de Despesas de Capital.....	62
Quadro 47. Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	63
2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa.....	66
Quadro 49. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários UJ.....	66
Quadro 50. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ.....	67
2.4.5 Indicadores Institucionais.....	69
3 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos .....	69
4 Movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	70
4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	70
Quadro 52. Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	70
4.2 Análise crítica.....	70
5 Informações sobre Recursos Humanos .....	71
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	71
5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada .....	71
5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada .....	72
5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada .....	73
5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade. ....	73

5.1.5	Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade	74
5.2	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	74
5.2.1	Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria	74
5.2.2	Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada	75
5.3	Composição do Quadro de Estagiários	75
5.4	Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada	76
5.5	Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada	77
5.5.1	Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão	77
5.5.2	Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados	79
5.5.3	Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade	80
5.5.4	Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão	81
5.6	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	83
6	Transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação ou termo de compromisso	84
6.1	Instrumentos de transferências vigentes no exercício	84
6.1.1	Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011	84
	Quadro 66. Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	84
6.1.2	Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios	85
	Quadro 67. Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	85
6.1.3	Conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes	85
	Quadro 68. Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes	85
6.2	Prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse	86
	Quadro 69. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse	86
6.2.1	Análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse	87
	Quadro 70. Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	87
6.3	Análise Crítica	87
7	Declaração da área responsável atestando as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres	88

8	Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.....	88
9	Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....	89
9.1	Estrutura de controles internos da UJ.....	89
	Quadro 71. Estrutura de controles internos da UJ.....	89
10	Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental.....	91
10.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	91
11	Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ.....	93
11.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	93
12	Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI).....	94
13	Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.....	95
13.1	Despesas com cartão de crédito corporativo.....	95
13.1.1	Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício.....	95
	Quadro 75. Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	95
13.1.2	Utilização dos cartões de crédito corporativo.....	95
	Quadro 76. Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	95
14	Renúncias Tributárias.....	95
15	Providências adotadas para atender às deliberações exaradas em.....	96
	Acórdãos do TCU.....	96
16	Tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno.....	97
17	Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão.....	97
	Parte B.....	97
1	Declaração do contador responsável.....	97
	Parte C.....	97
1	Projetos e Programas financiados com recursos externos.....	97
	Considerações Finais.....	98
	Anexo I.....	99
	Declarações.....	100

## Organograma Funcional

O Serviço Florestal Brasileiro é formado por uma Diretoria Colegiada (constituída por uma Diretoria-Geral e quatro Diretorias), Chefia de Gabinete, Assessoria Jurídica, Ouvidoria, nove gerências, dois centros especializados (LPF e CENAFLOR) e quatro Unidades Regionais. Na Figura 1 é apresentado o organograma do órgão.

### ORGANOGRAMA DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

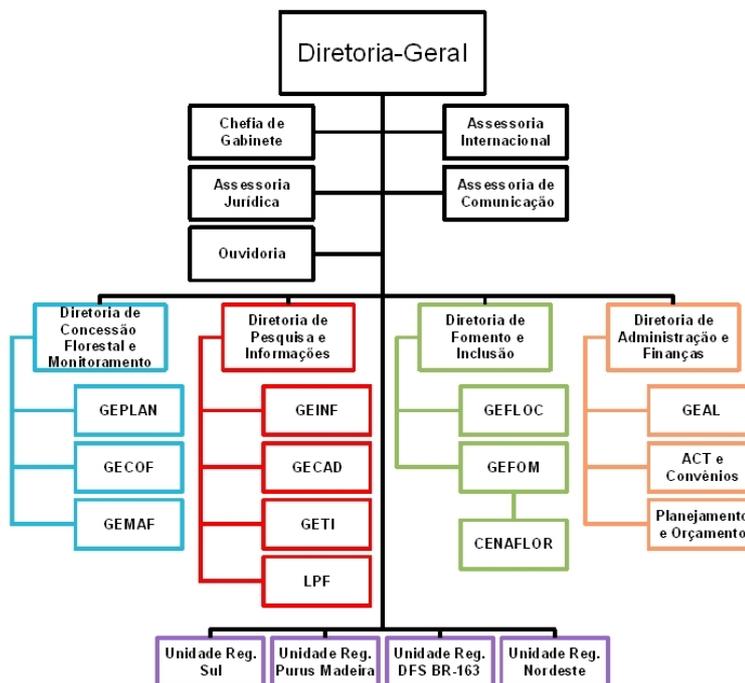


Figura 1. Organograma do Serviço Florestal Brasileiro.

No Quadro 1 são descritas as principais atividades desenvolvidas pelas áreas do Serviço Florestal Brasileiro. Dessa forma, é possível visualizar o funcionamento do órgão, por unidade responsável, de acordo com seus macroprocessos e ações orçamentárias.

**Quadro 1. Atividades Desenvolvidas por Gerência e Centro Especializado.**

<b>Unidade</b>	<b>Macroprocesso</b>	<b>Principais Atividades</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
Gerência de Planejamento (Geplan)	Concessões Florestais.	Elaboração do Plano Anual de Outorga Florestal. Desenvolvimento de estudos e cenários florestais.	2D12 – Planejamento e Gestão das Concessões Florestais.
Gerência de Concessões Florestais (Gecof)	Concessões Florestais.	Implantação de concessões florestais.	2D12 – Planejamento e Gestão das Concessões Florestais.
Gerência de Monitoramento e Auditorias Florestais (Gemaf)	Concessões Florestais.	Monitoramento das concessões florestais.	2D12 – Planejamento e Gestão das Concessões Florestais.
Gerência de Informações Florestais (Geinf)	Sistema Nacional de Informações Florestais.	Elaboração do Inventário Florestal Nacional. Implementação do Sistema Nacional de Informações Florestais.	Ação 10TC – Elaboração do Inventário Florestal Nacional. Ação 10TD – Implantação do Sistema Nacional de Informações Florestais.
Gerência de Cadastro (Gecad)	Cadastro de Florestas Públicas.	Implementação do Cadastro Nacional de Florestas Públicas.	Ação 10F1 – Demarcação das Florestas Públicas da União no Distrito Florestal da BR 163. Ação 8304 – Cadastramento de Florestas Públicas Nacionais.
Gerência de Tecnologia da Informação (Geti)	Desenvolvimento Institucional.	Todas atividades relacionadas à área de tecnologia da informação do órgão.	–
Gerência de Florestas Comunitárias (Gefloc)	Manejo Florestal Comunitário.	Implementação do manejo florestal comunitário.	Ação 8300 – Apoio ao Manejo Florestal Comunitário.
Gerência de Fomento (Gefom)	Fomento Florestal.	Implementação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.	Ação 8298 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Florestal Sustentável.
Gerência de Administração e Logística (Geal)	Desenvolvimento Institucional.	Atividades administrativas, financeiras e orçamentárias.	Ação 2D25 – Funcionamento do Serviço Florestal.
Laboratório de Produtos Florestais (LPF)	Fomento Florestal.	Atividades de pesquisa.	Ação 6035 – Pesquisa e Desenvolvimento Florestal.
Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor)	Fomento Florestal.	Capacitação em manejo florestal sustentável.	Ação 4950 – Capacitação em Atividades Florestais.

## **Introdução**

O Relatório de Gestão 2011 do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) apresenta os resultados alcançados pelo órgão no âmbito de suas ações e as informações sobre o planejamento e a gestão orçamentária e financeira da unidade.

Este relatório está estruturado de acordo com a Decisão Normativa TCU nº 108/2010, a Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e a Portaria TCU nº 123/2011. Dessa forma, de acordo com a DN 108, o relatório contém todos os itens da Parte A, o item 1 da Parte B e o item 31 da Parte C. Além disso, a declaração do contador e a declaração da área responsável sobre as informações do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg) e do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) encontram-se anexados. O item 3 (Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos) e o item 14 (Informações sobre Renúncia Tributária) não se aplicam ao SFB.

É importante ressaltar que, apesar do Serviço Florestal Brasileiro ser órgão da Administração Direta, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), o SFB possui autonomia administrativa, orçamentária e financeira, conferidas por Contrato de Gestão e Desempenho (Anexo I). Esse Contrato estipula resultados anuais a serem alcançados pelo Serviço Florestal Brasileiro, bem como seus critérios de avaliação. Destaca-se que os recursos humanos do SFB são geridos pelo MMA, o que reflete em vários itens deste relatório relativos a RH, como se verá adiante.

Em 2011, foram alcançados importantes resultados nas áreas de competência do Serviço Florestal Brasileiro. O Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) registrou 297 milhões de hectares de florestas. Por sua vez, o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) tornou elegível para concessão 4,4 milhões de hectares de florestas públicas federais.

Em relação à implementação do Inventário Florestal Nacional (IFN), foi realizado o inventário do Distrito Federal e foi assinado um convênio com o Ceará, com o objetivo de executar o inventário florestal desse estado. Importante ressaltar que, em dezembro de 2011, iniciou o Projeto GEF (Global Environment Facility), com o objetivo de implementar o Inventário Florestal Nacional, com US\$ 8,6 milhões de recursos disponíveis. Além disso, foi apresentado projeto ao Fundo Amazônia para a realização do IFN no bioma.

Os três contratos de concessão florestal firmados na Floresta Nacional (Flona) do Jamari, que iniciaram a exploração madeireira em 2010, foram devidamente monitorados, assegurando-se o cumprimento dos indicadores de desempenho estabelecidos.

A respeito do lançamento de editais de concessão florestal, somente foi lançado um edital em 2011. Os vencedores do certame licitatório, contudo, não tiveram condições de apresentar as garantias necessárias e, portanto, contratos de concessão não foram assinados. Dessa forma, foi identificada a necessidade de mudanças no processo de concessão florestal.

Com o objetivo de ajustar a modelagem econômica dos editais de concessão florestal, foram elaboradas e aprovadas quatro Resoluções do Serviço Florestal Brasileiro, que normatizaram os cálculos, parâmetros e regras de gestão dos elementos do regime econômico-financeiro dos contratos de concessão.

O Serviço Florestal Brasileiro apoiou a implementação do manejo florestal comunitário em aproximadamente 35 mil hectares de florestas. Além disso, foi elaborado o planejamento estratégico do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMCF) juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Também vale destacar que, em 2011, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) realizou as primeiras contratações desde o início de sua operação, sendo 21 projetos selecionados.

O alcance dos objetivos estratégicos do Serviço Florestal Brasileiro foi dificultado pelo alto contingenciamento do exercício. Outras dificuldades encontradas relacionam-se à complexidade da gestão de florestas públicas, que envolve, ao mesmo tempo, vários órgãos ambientais, o que exige um grande esforço de articulação entre os órgãos.

Em 2012, serão lançados novos editais de concessão florestal, com a meta de alcançar mais de 1 milhão de hectares sob concessão. Além disso, serão executados o Projeto GEF e os projetos contratados pelo FNDF.

## Parte A

### 1. Identificação

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Meio Ambiente		Código SIORG: 1927	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Serviço Florestal Brasileiro			
Denominação abreviada: SFB			
Código SIORG: 89539	Código LOA: 44102	Código SIAFI: 44102	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta			
Principal Atividade: Regulação, controle, definição de política e coordenação do meio ambiente.		Código CNAE: 8412-4	
Telefones/Fax de contato:	(61) 2028-7149	(61) 2028-7249	Fax : (61) 2028-7269
Endereço eletrônico: info@florestal.gov.br			
Página da internet: <a href="http://www.florestal.gov.br">http://www.florestal.gov.br</a>			
Endereço Postal: SCEN, Av. L4 Norte, Trecho 2, Bloco H – Brasília – DF CEP: 70.068-901			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei Nº 11.284/2006 (DOU de 3/3/2006)			
Decreto 6.101/2007 (DOU de 27/4/2007)			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Contrato de Gestão e Desempenho Nº 1/2010 (D.O.U. de 11 de março de 2010)			
Decreto nº 6.063/2007 (DOU de 20 de março de 2007)			
Resolução CONAMA nº 379/2006			
Decreto nº 5.975/2006			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Guia para o Manejo Florestal Comunitário			
Perguntas e Respostas sobre Concessão Florestal			
Gestão de Florestas Públicas e Comunidades			
Projeto GEF de Apoio ao Inventário Florestal Nacional			
Inventário Florestal Nacional – IFN			
Serviço Florestal Brasileiro – Folder com informações institucionais sobre o SFB			
Manual de Gestão e Monitoramento dos Contratos de Concessão da Floresta Nacional do Jamari			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
440075	Serviço Florestal Brasileiro		
440088	Setorial Prog. Orçamentária e Financeira – SFB		
440001	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MMA		

440094	Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
44208	Serviço Florestal Brasileiro – SFB
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>	
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>	<b>Código SIAFI da Gestão</b>
440075	44208

## **2. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira**

### **2.1. Responsabilidades institucionais da unidade**

#### **2.1.1 Competência institucional**

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) foi criado pela Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, como o órgão gestor das florestas públicas federais. O SFB compõe a estrutura do Ministério do Meio Ambiente (MMA), nos termos do Decreto nº 6.101/2007, e é órgão específico e colegiado, subordinado a esse Ministério. Destaca-se que o SFB possui autonomia administrativa e financeira conferidas pelo Contrato de Gestão e de Desempenho nº 1/2010, celebrado com o MMA, conforme publicado no Diário Oficial da União em 11/3/2010.

O Serviço Florestal Brasileiro tem por finalidade o exercício das competências previstas na Lei nº 11.284/2006, em especial, o disposto no art. 55:

*“Art. 55. O SFB atua exclusivamente na gestão das florestas públicas e tem por competência:*

*I - exercer a função de órgão gestor prevista no art. 53 desta Lei, no âmbito federal, bem como de órgão gestor do FNDP;*

*II - apoiar a criação e gestão de programas de treinamento, capacitação, pesquisa e assistência técnica para a implementação de atividades florestais, incluindo manejo florestal, processamento de produtos florestais e exploração de serviços florestais;*

*III - estimular e fomentar a prática de atividades florestais sustentáveis madeireira, não madeireira e de serviços;*

*IV - promover estudos de mercado para produtos e serviços gerados pelas florestas;*

*V - propor planos de produção florestal sustentável de forma compatível com as demandas da sociedade;*

*VI - criar e manter o Sistema Nacional de Informações Florestais integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente;*

*VII - gerenciar o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, exercendo as seguintes funções:*

*a) organizar e manter atualizado o Cadastro-Geral de Florestas Públicas da União;*

*b) adotar as providências necessárias para interligar os cadastros estaduais e municipais ao Cadastro Nacional;*

*VIII - apoiar e atuar em parceria com os seus congêneres estaduais e municipais.”*

Além das competências previstas no art. 55, o Serviço Florestal Brasileiro, no exercício da função de órgão gestor, também possui as seguintes competências previstas no art. 53 da Lei nº 11.284/2006:

*“Art. 53. Caberá aos órgãos gestores federal, estaduais e municipais, no âmbito de suas competências:*

*I - elaborar proposta de PAOF, a ser submetida ao poder concedente;*

*II - disciplinar a operacionalização da concessão florestal;*

*III - solicitar ao órgão ambiental competente a licença prévia prevista no art. 18 desta Lei;*

*IV - elaborar inventário amostral, relatório ambiental preliminar e outros estudos;*

*V - publicar editais, julgar licitações, promover os demais procedimentos licitatórios, inclusive audiência e consulta pública, definir os critérios para formalização dos contratos e celebrá-los com concessionários de manejo florestal sustentável, quando delegado pelo poder concedente;*

*VI - gerir e fiscalizar os contratos de concessão florestal;*

*VII - dirimir, no âmbito administrativo, as divergências entre concessionários, produtores independentes e comunidades locais;*

*VIII - controlar e cobrar o cumprimento das metas fixadas no contrato de concessão;*

*IX - fixar os critérios para cálculo dos preços de que trata o art. 36 desta Lei e proceder à sua revisão e reajuste na forma desta Lei, das normas pertinentes e do contrato;*

*X - cobrar e verificar o pagamento dos preços florestais e distribuí-los de acordo com esta Lei;*

*XI - acompanhar e intervir na execução do PMFS, nos casos e condições previstos nesta Lei;*

*XII - fixar e aplicar as penalidades administrativas e contratuais impostas aos concessionários, sem prejuízo das atribuições dos órgãos do Sisnama responsáveis pelo controle e fiscalização ambiental;*

*XIII - indicar ao poder concedente a necessidade de extinção da concessão, nos casos previstos nesta Lei e no contrato;*

*XIV - estimular o aumento da qualidade, produtividade, rendimento e conservação do meio ambiente nas áreas sob concessão florestal;*

*XV - dispor sobre a realização de auditorias florestais independentes, conhecer seus resultados e adotar as medidas cabíveis, conforme o resultado;*

*XVI - disciplinar o acesso às unidades de manejo;*

*XVII - atuar em estreita cooperação com os órgãos de defesa da concorrência, com vistas em impedir a concentração econômica nos serviços e produtos florestais e na promoção da concorrência;*

*XVIII - incentivar a competitividade e zelar pelo cumprimento da legislação de defesa da concorrência, monitorando e acompanhando as práticas de mercado dos agentes do setor florestal;*

*XIX - efetuar o controle prévio e a posteriori de atos e negócios jurídicos a serem celebrados entre concessionários, impondo-lhes restrições à mútua constituição de direitos e obrigações, especialmente comerciais, incluindo a abstenção do próprio ato ou contrato ilegal;*

*XX - conhecer e julgar recursos em procedimentos administrativos;*

*XXI - promover ações para a disciplina dos mercados de produtos florestais e seus derivados, em especial para controlar a competição de produtos florestais de origem não sustentável;*

*XXII - reconhecer em ato administrativo as entidades que poderão realizar auditorias florestais;*

*XXIII - estimular a agregação de valor ao produto florestal na região em que for explorado.”*

A Lei nº 11.284/2006 foi regulamentada pelo Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007. Esse decreto dispõe sobre o Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) e regulamenta, em âmbito federal, a destinação de florestas públicas às comunidades locais, o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), o licenciamento ambiental para o uso dos recursos florestais nos lotes ou unidades de manejo, a licitação e os contratos de concessão florestal, o monitoramento e as auditorias da gestão de florestas públicas.

Adicionalmente, em virtude do processo de reestruturação promovido pelo MMA, resultante do Decreto nº 6.101, de 26/4/2007, também foi atribuído ao Serviço Florestal Brasileiro o desenvolvimento de iniciativas de capacitação, pesquisa e assistência técnica na área florestal, com a incorporação do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor) e do Laboratório de Produtos Florestais (LPF).

Dessa forma, o Serviço Florestal Brasileiro, como gestor das florestas públicas, tem como base de seu trabalho o manejo florestal sustentável. Esse instrumento possibilita o uso da floresta de acordo com seu ciclo de crescimento e a extração adequada de produtos madeireiros e não madeireiros. Além disso, o manejo adequado permite o envolvimento das populações locais, a geração de renda, o desenvolvimento da região e o usufruto, pelas gerações futuras, dos recursos florestais e dos serviços ecossistêmicos decorrentes da apropriada conservação das florestas.

## 2.1.2 Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos do Serviço Florestal Brasileiro foram estruturados em sete áreas de resultados ou macroprocessos. A seguir estão apresentados os macroprocessos do órgão e suas metas, de acordo com o Planejamento Estratégico 2008-2011.

**Quadro 2. Planejamento Estratégico 2008-2011 do Serviço Florestal Brasileiro.**

Macroprocessos	Visão	Metas
Cadastro das Florestas Públicas	A localização e as características das florestas públicas do Brasil precisamente conhecidas e a sua proteção e uso sustentável efetivamente considerados na implantação de políticas públicas por todos os entes federados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Todas as Florestas Públicas Federais Destinadas incluídas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP);</li> <li>✓ 3 milhões de hectares de Florestas Públicas Federais (FPF) delimitados e 2 milhões de hectares demarcados (exceto Terra Indígena e Unidade de Conservação de Proteção Integral);</li> <li>✓ todos os estados integrados ao CNFP;</li> <li>✓ todas as Florestas Públicas Estaduais Destinadas da Amazônia inseridas no CNFP;</li> <li>✓ Sistema de Cadastro em pleno funcionamento e integrado com principais órgãos gestores de FPF (Inkra, ICMBio, Funai e SPU).</li> </ul>
Concessões Florestais	Concessões florestais consolidadas e reconhecidas como um instrumento legítimo de promoção da conservação e uso sustentável das florestas públicas e contribuindo para o desenvolvimento de uma economia local em bases sustentáveis.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 2 milhões de hectares de concessões em florestas públicas federais;</li> <li>✓ casos bem-sucedidos de concessão florestal em: (i) florestas naturais e plantações florestais; (ii) PFNM e serviços; (iii) pequena, média e grande escala; (iv) diferentes biomas; (v) recuperação de áreas degradadas;</li> <li>✓ concessões florestais estaduais bem-sucedidas em 3 estados.</li> </ul>
Manejo Florestal Comunitário	Comunidades residentes em florestas públicas manejando de forma autônoma e sustentável essas florestas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 2 milhões de hectares com Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) em implantação;</li> <li>✓ PMFS em implantação em PDS, PAE, PAF, Resex e RDS;</li> <li>✓ sistema testado e em implantação para integração e evolução de comunidades locais em pelo menos duas cadeias de produção e comercialização de produtos florestais;</li> <li>✓ 5 casos de relações comerciais justas entre comunidades e empresas apoiados e estabelecidos.</li> </ul>
Monitoramento de Florestas Públicas	Florestas públicas efetivamente protegidas e as ilegalidades identificadas e coibidas de forma ágil, tempestiva e eficaz.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Todas as concessões florestais monitoradas por meio da detecção remota de exploração florestal, do rastreamento do transporte de produtos florestais e do controle de cadeia de custódia, das auditorias independentes e de duas vistorias anuais pelo Serviço Florestal;</li> <li>✓ publicação do primeiro relatório de monitoramento de indicadores de gestão de florestas públicas;</li> <li>✓ capacidade estabelecida de identificação e ágil acionamento do combate à ilegalidade em florestas públicas.</li> </ul>
Sistema Nacional de Informações Florestais	Informações de qualidade sobre as florestas brasileiras e o setor florestal organizadas, atuais e acessíveis.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Inventário Florestal Nacional implantado em todos os biomas brasileiros;</li> <li>✓ todos os estados brasileiros integrados ao Portal da Gestão Florestal, com informações completas e atualizadas;</li> <li>✓ estatísticas sobre as principais cadeias produtivas do setor de base florestal disponibilizadas anualmente no Portal do Setor Florestal;</li> <li>✓ Índice de Preços de Produtos Florestais estabelecido pelo menos para produtos madeireiros.</li> </ul>
Fomento Florestal	Instrumentos de fomento para atividades florestais sustentáveis amplamente acessíveis.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) operacional e com carteira de projetos;</li> <li>✓ R\$ 60 milhões captados e investidos no desenvolvimento florestal;</li> <li>✓ projetos, programas e atividades apoiadas pelo programa de</li> </ul>

		fomento do Serviço Florestal que incluem: (i) capacitação e treinamento; (ii) pesquisa e desenvolvimento tecnológico; (iii) bolsas de estudo; (iv) desenvolvimento de cadeias produtivas; ✓ público-alvo informado sobre as oportunidades criadas ou identificadas pelo Serviço Florestal e apresentando projetos.
Desenvolvimento Institucional	Instituição preparada para executar com efetividade as atribuições que lhe foram conferidas.	✓ Modelo institucional de órgão da administração indireta definido e em implantação; ✓ 5 Unidades Regionais implantadas; ✓ modelo de gestão pública reconhecido como de excelência por avaliação independente; ✓ estrutura organizacional e processos de gestão implantados, com provimento adequado de pessoas; ✓ 60% a 80% do esforço da instituição mantido em atividades planejadas.

## ***2.2. Estratégia de atuação perante as responsabilidades institucionais***

A missão do Serviço Florestal Brasileiro é “conciliar o uso e conservação das florestas, valorizando-as em benefício das gerações presentes e futuras, por meio da gestão de florestas públicas, da construção de conhecimento, do desenvolvimento de capacidades e da oferta de serviços especializados”, sintetizando os objetivos perseguidos na implantação de políticas públicas ambientais orientadas para o desenvolvimento florestal.

A seguir, apresentam-se os principais resultados e produtos obtidos para a implantação da gestão das florestas em 2011.

### **Desenvolvimento do Cadastro Nacional de Florestas Públicas**

O Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) é um instrumento de planejamento da gestão florestal, instituído pela Lei nº 11.284/2006 e regulamentado pelo Decreto nº 6.063/2007. Além disso, seus procedimentos foram fixados pela Resolução nº 2, de 6 de julho de 2007, do Serviço Florestal Brasileiro.

O CNFP é formado pelo Cadastro de Florestas Públicas da União, pelos Cadastros de Florestas Públicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios e deve ser integrado ao Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)<sup>1</sup>. O objetivo do CNFP é reunir dados georreferenciados sobre as florestas públicas brasileiras, de modo a oferecer aos gestores públicos e à população em geral uma base confiável de mapas, imagens e informações relevantes para a gestão florestal. Dessa forma, o CNFP contribui para a transparência das informações florestais e para a participação social nos processos de gestão ambiental e também condiciona, por

<sup>1</sup> A fim de viabilizar essa integração, será assinado, em 2012, Acordo de Cooperação entre o SFB e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), visando ao acesso ao SNCR, inicialmente por meio de capacitação e visualização dos dados, com a finalidade de posterior detalhamento das formas de integração entre esses cadastros rurais.

exemplo, os processos de destinação comunitária, a regularização fundiária, a criação de unidades de conservação e a realização de concessões florestais.

O Cadastro Geral de Florestas Públicas da União (CGFPU) tem por missão identificar as florestas públicas federais (FPF), que correspondem às áreas cobertas por florestas naturais ou plantadas incidentes sobre terras de domínio da União e suas entidades da administração indireta. O CGFPU inclui: áreas inseridas no Cadastro de Terras Indígenas; Unidades de Conservação Federais, com exceção das áreas privadas legalmente contempladas conforme as categorias de gestão (por exemplo: Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS, Área de Proteção Ambiental – APA e Monumento Natural – MONA); e florestas localizadas em imóveis urbanos ou rurais, matriculados ou em processo de arrecadação em nome da União, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

O cadastramento das florestas públicas segue três etapas:

- i. identificação – identificação e mapeamento das florestas localizadas nas áreas públicas federais;
- ii. delimitação – levantamentos cartoriais visando à segurança fundiária e averbação do perímetro da floresta na matrícula do imóvel público; e
- iii. demarcação – implantação de marcos topográficos e placas de localização nas florestas públicas de interesse.

O Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) foi atualizado pelo Serviço Florestal Brasileiro em novembro de 2011 e registrou 297 milhões de hectares de florestas, o que corresponde a 35% do território nacional. Em relação à atualização do CNFP 2010<sup>2</sup>, houve aumento de 4,2% da área cadastrada (12 milhões de hectares). Parte desse acréscimo corresponde a áreas militares, que, até 2010, não haviam sido inseridas no CNFP.

Aproximadamente 76% das florestas públicas brasileiras cadastradas são destinadas a cumprir propósitos específicos, como o uso comunitário<sup>3</sup> (49%), a proteção da biodiversidade (26%) e o uso militar (1%). As áreas de florestas não destinadas (23%) correspondem às terras arrecadadas pela União e estados.

As florestas federais representam cerca de 75% das florestas cadastradas, enquanto as áreas geridas pelos estados e municípios somam 25% do total. As florestas federais destinadas equivalem a 62% do total de florestas públicas. Nessa categoria, encontram-se as terras

---

<sup>2</sup> O valor de 290 milhões de hectares, apresentado pelo CNFP em 2010, foi reduzido para 285 milhões, por causa da retificação em razão da duplicação de polígonos nos arquivos gerados para o cadastro de 2010.

<sup>3</sup> O CNFP considera florestas de uso comunitário as terras indígenas, as unidades de conservação das categorias Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reservas Extrativistas (Resex), e os assentamentos sustentáveis federais dos tipos Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e Projeto Agroextrativista (PAE).

indígenas (37% da área total de floresta), as unidades de conservação federais (21%), os assentamentos sustentáveis federais (3%) e as áreas militares (1%).

As florestas públicas do Brasil estão localizadas nos diferentes biomas e regiões do país. A maior parte (92%) encontra-se no Bioma Amazônico, seguida do Bioma Cerrado, com 6%.

Uma das metas do Serviço Florestal Brasileiro é incluir todas as florestas destinadas no CNFP. No entanto, o alcance dessa meta depende da obtenção de informações de outros cadastros de órgãos federais e estaduais. Na esfera federal, os órgãos que fazem gestão de grandes áreas disponibilizaram suas informações. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) disponibilizaram os dados por meio de *web services* e o Ministério da Defesa por meio de *CD-ROM*. O Ministério da Defesa já repassou a maior parte das informações, mas ainda é possível que novas áreas sejam inseridas, pois o órgão continua realizando levantamentos com os seus diversos setores espalhados por todo o Brasil. Em relação ao Incra, ainda existem alguns PDS, PAE e PAF que não foram inseridos porque seus atos de criação estão nas superintendências estaduais do Incra, o que dificulta a atualização das informações na sede. Por fim, em relação à esfera federal, ainda não existe uma permuta de dados espaciais com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), que está implementando seu Sistema Geográfico de Informações.

Na esfera estadual, a maior parte das informações obtidas foi oriunda do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), que mantém um banco de dados sobre as unidades de conservação estaduais. Informações sobre assentamentos estaduais foram obtidas unicamente para o estado do Pará.

Embora o Serviço Florestal Brasileiro tenha realizado contato com os estados para obtenção de informações, alguns não responderam ou não tinham dados para disponibilizar. A inclusão no CNFP de informações estaduais depende da instituição dos cadastros estaduais, porém o único estado que possui um cadastro estadual de florestas é o Pará. Embora ocorra a permuta dos dados entre Federação e estados, ainda é necessário o seu aprimoramento para obtenção dos dados instantaneamente (por exemplo por *web services*).

Além do cadastramento das florestas públicas, foram demarcados aproximadamente 50.000 hectares na Flona de Saracá-Taquera e delimitadas Unidades de Manejo Florestal (UMF) nas Flonas de Crepori, Amaná, Jacundá e Saracá-Taquera.

## **Publicação do Plano Anual de Outorga Florestal 2012**

O Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) foi instituído pela Lei nº 11.284/2006 e normatizado pelo Decreto nº 6.063/2007. Essa legislação estabeleceu uma série de mecanismos específicos para a gestão das florestas públicas e determinou que o PAOF seria o instrumento de planejamento das ações voltadas à produção florestal sustentável no âmbito da União.

O Plano Anual de Outorga Florestal identifica o conjunto de florestas públicas aptas a serem submetidas ao processo de concessão florestal no ano de sua vigência e deve ser publicado até 31 de julho do ano anterior. O PAOF descreve cada área de florestas selecionada, assim como o seu processo de seleção, conforme os critérios estabelecidos na Lei e no Decreto citados.

O principal objetivo do Plano Anual de Outorga Florestal é disponibilizar à sociedade informações antecipadas sobre as florestas públicas federais passíveis de concessão, os mecanismos utilizados para essa seleção e as concessões em andamento. O processo de elaboração conta com a participação popular por meio de consulta pública via internet e de reuniões com órgãos gestores estaduais, municipais e atores da sociedade civil organizada. Assim, o PAOF materializa-se como um instrumento de planejamento florestal participativo e transparente.

O Plano Anual de Outorga Florestal da União para o ano de 2012 tem como objetivo selecionar e descrever as florestas públicas federais (FPF) passíveis do estabelecimento de unidades de manejo florestal para concessão no período de janeiro a dezembro de 2012, considerando a convergência e o alinhamento com outras políticas públicas da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

O PAOF 2012 foi elaborado com base no Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP), que, em abril de 2011, registrava aproximadamente 286 milhões de hectares de florestas públicas cadastradas – cerca de 213 milhões de florestas públicas federais e 73 milhões de florestas públicas estaduais. Os 213 milhões de hectares de florestas públicas federais foram avaliados para concessão florestal, sendo considerados seus impedimentos e restrições legais. Nesse sentido, foram excluídos 98,3% da área total, especialmente terras indígenas, unidades de proteção integral e áreas de uso comunitário.

Dessa forma, como resultado final do processo de seleção de áreas passíveis de concessão florestal em 2012, o PAOF tornou elegível para concessão 4,4 milhões de hectares

de florestas públicas federais, distribuídos em dez Florestas Nacionais localizadas em três estados da Federação (Acre, Pará e Rondônia).

O processo de elaboração do PAOF 2012 considerou iniciativas de grande valor estratégico, como, por exemplo: o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), a Política de Titulação dos Assentamentos, o Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), o Programa Nacional de Florestas (PNF), o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), o Plano Amazônia Sustentável (PAS), a Operação Arco Verde, o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal. Além disso, aspectos importantes relativos a outras concessões e políticas setoriais foram considerados nesse Plano, tais como: mineração, petróleo e gás, infraestrutura, energia e água.

No PAOF 2012, somente o PAOF do estado do Pará foi incorporado aos procedimentos de análise técnica, como preceitua o Decreto nº 6.063/2007. O Plano também apresentou as manifestações formais do Conselho de Defesa Nacional (CDN), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), em cumprimento aos dispositivos da Lei nº 11.284/2006.

O Plano Anual de Outorga Florestal 2012 estabeleceu os critérios de acessibilidade ao processo de concessão por pessoas jurídicas de micro, pequeno e médio portes, como forma de promover a equidade na política de gestão de florestas públicas no Brasil. O estabelecimento de parâmetros para a definição de tamanhos das unidades de manejo considerou as peculiaridades regionais, como a área necessária para completar um ciclo de produção da floresta e a estrutura, o porte e a capacidade dos agentes envolvidos na cadeia produtiva dos produtos e serviços objeto da concessão.

Esse PAOF estabeleceu a inclusão obrigatória de pelo menos duas das categorias de unidades de manejo em cada lote de concessão presente nos editais em 2012, como forma de ampliar a oportunidade de acesso às concessões, sendo uma, obrigatoriamente, pequena. Da mesma forma, com o objetivo de promover a consolidação de empreendimentos com escalas que permitam a eventual instalação de parques tecnológicos com elevados aportes de capital, o PAOF 2012 estabeleceu que, a cada dois lotes de concessão florestal licitados em 2012, pelo menos um deve conter unidades de manejo de tamanho grande.

No PAOF de 2012, as atualizações das informações sobre o setor madeireiro na Amazônia Legal foram realizadas a partir dos dados oficiais dos sistemas eletrônicos de controle florestal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Renováveis – Ibama (Documento de Origem Florestal – DOF) e dos estados (Sistema de Cadastro, Comercialização e Transporte de Produtos Florestais – Sisflora), com informações do ano de 2010.

### **Implantação do Sistema Nacional de Informações Florestais**

O Serviço Florestal Brasileiro tem, como uma de suas competências estabelecidas na Lei nº 11.284/2006, a obrigação de criar e manter o Sistema Nacional de Informações Florestais (Snif), integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (Sinima).

O Snif foi disponibilizado à sociedade no sítio eletrônico do Serviço Florestal Brasileiro e é composto pelos temas: recursos florestais; produção florestal; ensino e pesquisa florestal. Esse sistema foi construído por meio da reunião e organização de dados coletados em diversas instituições brasileiras, que são atualizados periodicamente.

No âmbito do Snif, foi ainda desenvolvido o sistema de informações do Portal Nacional da Gestão Florestal (PNGF), com o objetivo de reunir e disponibilizar as principais informações sobre as atividades de controle florestal exercidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), em atendimento à Resolução Conama nº 379/2006.

O Portal Nacional da Gestão Florestal, cujo sistema de informação foi desenvolvido em 2010, foi divulgado para os estados do Norte e Nordeste em 2011. Aproximadamente 40 técnicos, representantes de 15 órgãos estaduais de meio ambiente responsáveis pela gestão florestal, além de técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), foram treinados para inclusão de dados no Portal. Foram realizados quatro cursos, sendo três em Brasília e um em Recife. Além disso, a equipe do Serviço Florestal Brasileiro realizou a inclusão de informações sobre legislação florestal federal e dos estados do Pará, Rio de Janeiro, Acre, Rondônia e Ceará no PNGF.

Apesar do treinamento, percebeu-se dificuldade de os técnicos dos órgãos estaduais incluírem seus dados no Portal. Os técnicos são treinados e, quando retornam aos seus estados, não incluem as informações conforme previsto na Resolução Conama nº 379/2006. A solução prevista é o desenvolvimento de uma estratégia que envolva acordos de cooperação com os estados e articulação da Diretoria do SFB junto às Secretarias estaduais.

No caso dos estados do Pará, Acre e Amazonas, foram negociados recursos financeiros com a Agência de Cooperação Alemã (GIZ) para a contratação de uma consultoria para integração dos sistemas estaduais ao sistema do PNGF e para a contratação de técnico

para inclusão de dados que não são possíveis de serem automatizados. Essa estratégia será implementada em 2012 e, conforme o resultado, poderá ser replicada para outros estados.

Para a disseminação de informações, o sítio eletrônico do Sistema Nacional de Informações Florestais (Snif) foi atualizado com dados e informações sobre os recursos florestais, setor florestal produtivo e ensino e pesquisa florestal, coletados em diversas instituições governamentais e não governamentais, principalmente IBGE, MEC, MDIC, MTE, FSC, Ceflor, Bracelpa, Abraf, Abipa, Ibama, ICMBio e MMA. O Snif tem sido bastante consultado, o que demonstra sua importância para a sociedade e a necessidade de consolidar suas plataformas de informação (bancos de dados) para o cumprimento da competência legal do SFB como órgão responsável pela disponibilização de informações florestais.

Em 2011, foi elaborado o relatório sobre o setor florestal brasileiro (Forest Sector Questionnaire – Brazil 2011), que foi encaminhado ao *International Tropical Timber Organization* (ITTO). Além disso, outra fonte de divulgação de informações florestais que tem tido um excelente resultado é o livro de bolso Florestas do Brasil em Resumo. A edição lançada no final de 2010 foi amplamente distribuída durante todo o ano de 2011. Essa publicação foi bastante solicitada por diferentes tipos de instituições, principalmente de ensino e pesquisa.

Além desses produtos do Snif, também teve excelente resultado na divulgação de informações da área florestal o capítulo do Brasil publicado no “*Status of Tropical Forest Management 2011*” – Technical Series 38 – ITTO. Esse capítulo resultou do relatório desenvolvido, no âmbito do Snif, sobre o manejo de florestas tropicais do Brasil e encaminhado ao ITTO. Trata-se de uma publicação internacional de grande importância. Ainda em 2011, houve a participação do SFB no capítulo do Brasil, para a publicação Tudor House/ UNFF, em homenagem ao ano internacional das florestas.

O principal problema enfrentado para a consolidação do Snif é a contratação de solução de tecnologia da informação (sistema de informação) com base nos documentos previstos na IN 04/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), para a fase de planejamento da contratação (I – Análise de Viabilidade da Contratação; II – Plano de Sustentação; III – Estratégia de Contratação; IV – Análise de Riscos; e V – Termo de Referência ou Projeto Básico). Além disso, também houve redução da equipe da Gerência de Informações Florestais designada para trabalhar com o Snif. Isso ocorreu porque o órgão é

formado, em sua maioria, por contratados temporários, e as pessoas procuram outras oportunidades de trabalho mais estáveis.

A solução prevista para 2012 é a contratação de suporte técnico para desenvolvimento dos documentos necessários no processo de planejamento, conforme previsto no art. 5º da IN 04/2010 do MPOG.

### **Inventário Florestal Nacional**

O objetivo do Inventário Florestal Nacional (IFN) é gerar informações sobre os recursos florestais, a fim de subsidiar a formulação de políticas públicas de uso e conservação das florestas brasileiras. O IFN produzirá informações sobre os estoques, a composição de espécies, a saúde e a vitalidade das florestas, assim como sobre as mudanças ao longo do tempo, a partir de comparações das estimativas feitas a cada cinco anos. Desse modo, essas estimativas servirão para subsidiar a formulação de políticas nacionais, regionais e locais baseadas em dados e informações acuradas e atuais, de grande utilidade para o setor público e privado, e manterão a sociedade e a classe política informadas sobre a existência, extensão e qualidade dos recursos florestais do país. Além dessas aplicações, o IFN será uma importante referência para atender à crescente demanda de informações florestais do país por organizações e acordos internacionais, tais como a Convenção do Clima, da Biodiversidade e das Espécies Ameaçadas (Cites).

O Serviço Florestal Brasileiro estabeleceu acordos de cooperação técnica com alguns estados, com vistas à implementação do IFN em seus territórios (Ceará, Rio de Janeiro, Sergipe, Rio Grande do Sul – Secretarias Estaduais de Meio Ambiente) – e um convênio com Santa Catarina – Fundação Universidade Regional de Blumenau.

Em 2011, foi contratada a UnB, por meio do Departamento de Engenharia Florestal, para a realização do Inventário Florestal (IF) no Distrito Federal, no valor de R\$ 290.464,00. Assim, o IF do DF foi realizado, com a capacitação de cinco equipes que levantaram os dados de campo.

Também foi assinado um convênio com o estado do Ceará, no valor total de R\$ 1.050.000,00, para a realização do Inventário Florestal no estado. Os recursos já foram repassados pelo Serviço Florestal Brasileiro e o IF do Ceará encontra-se em fase de planejamento.

Além disso, o SFB conseguiu a aprovação de projeto, no GEF (Global Environment Facility), da ordem de US\$ 8,6 milhões. O Projeto foi lançado em dezembro de 2011 e encontra-se em fase de planejamento e contratação de pessoal especializado.

Por fim, vale destacar que está em negociação, com o Fundo Amazônia, o projeto “Inventário Florestal Nacional: implementação de um sistema de monitoramento florestal para o bioma Amazônia”. Esse projeto visa implementar o Inventário Florestal no bioma Amazônia, como um sistema de monitoramento florestal contínuo e capaz de produzir informações sobre os recursos florestais, com o objetivo de fundamentar a formulação, implementação e execução de políticas públicas e projetos de uso e conservação desses recursos.

Para implementar o Inventário Florestal Nacional, o Serviço Florestal Brasileiro enfrenta algumas dificuldades, que são, principalmente, a falta de recursos humanos e a dificuldade de os estados parceiros licitarem a contratação dos serviços.

### **Monitoramento das Concessões Florestais**

As atividades relacionadas ao monitoramento das concessões florestais buscam, prioritariamente, assegurar o cumprimento dos contratos de concessão florestal firmados entre os concessionários vencedores dos processos de licitação e o Serviço Florestal Brasileiro.

Em 2011, os três contratos de concessão florestal firmados na Flona do Jamari foram monitorados com sucesso, sendo assegurado o cumprimento dos indicadores de desempenho estabelecidos no edital de licitação. Destaca-se que os concessionários do Jamari instalaram sistemas de rastreamento nos veículos utilizados para o transporte de madeira. Dessa forma, o acompanhamento das informações de movimentação dos veículos é possível tanto pelos concessionários como pelo SFB, por meio da rede *web*.

Ressalta-se que as atividades de monitoramento dos contratos de concessão florestal, principalmente na fase inicial do processo, em que ocorre o aprimoramento dos sistemas, demandam a presença em campo dos técnicos do SFB. Os cortes orçamentários de 2011 afetaram diretamente as viagens de campo da área responsável e restringiram o acompanhamento ideal dos contratos de concessão florestal e a obtenção de informações para a solidificação do sistema. Diante dessas dificuldades, foram adotados mecanismos alternativos de cruzamento de informações no Sistema de Cadeia de Custódia<sup>4</sup>. Porém, essas alternativas foram menos eficientes e geraram atrasos na detecção de problemas.

Atualmente, o monitoramento da produção madeireira e dos pagamentos ocorre com o acompanhamento em tempo real de todo volume transportado para fora das UMFs, por meio

---

<sup>4</sup>Sistema de cadeia de custódia: o controle da produção desde o corte de árvores na floresta até o processamento na unidade industrial vinculada à concessão.

do Sistema de Cadeia de Custódia e da presença física de conferentes contratados pelo SFB. Essa informação é sintetizada por meio de relatórios mensais de produção, que geram as cobranças aos concessionários e abastecem um sistema de controle de pagamentos. Os contratos de concessão florestal preveem diversas sanções associadas a atrasos e não pagamentos por parte dos concessionários, que incluem multa de 2% sobre o valor total da parcela, aplicação de juros de mora e atualização diária dos valores devidos por meio da aplicação do IPCA/IBGE.

Em 2011, somente o concessionário detentor do contrato de concessão florestal 03/2008, referente à UMF III da Flona do Jamari, atrasou o pagamento de obrigações contratuais. Essa inadimplência foi relativa ao pagamento parcial do Valor Mínimo Anual referente ao ano de 2010 e a parcelas mensais relacionadas ao transporte de madeira dos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro. Esses atrasos implicaram a aplicação das sanções contratuais previstas e a abertura de dois processos administrativos para a cobrança e execução das garantias, que se encontram em fase final de instrução e aplicação das penas.

Outras dificuldades enfrentadas pelo SFB para o monitoramento das concessões estão relacionadas aos trâmites no Ibama, para a resolução de pendências em relação aos Planos de Manejo Florestal Sustentáveis (PMFS) e ao Sistema DOF, que têm sido lentos e ineficientes. Essas questões têm gerado atrasos e impedimentos para a exploração e comercialização dos produtos florestais das concessões. Vale destacar que o SFB não possui governança sobre o Sistema DOF.

Os dois contratos de concessão na Flona de Saracá-Taquera, assinados em 2010, não entraram em operação em 2011, aguardando a aprovação do PMFS pelo Ibama. Os PMFS foram protocolados no Ibama, conforme estabelecido no edital de licitação e nos respectivos contratos, em fevereiro de 2011, mas somente foram aprovados cerca de 10 meses depois, o que impossibilitou a elaboração do Plano Operacional Anual (POA) e a obtenção da Autorização de Exploração (Autex) no mesmo ano.

Destaca-se que o SFB tem cooperado com o Serviço Florestal Americano (USFS) a fim de adquirir conhecimentos sobre gestão e monitoramento de contratos de concessão florestal nos Estados Unidos. Nesse sentido, em 2011, consultores do USFS vieram ao Brasil para apoiar as atividades e capacitar técnicos do SFB e concessionários. Em 2012, a cooperação continuará com a visita de técnicos do SFB aos Estados Unidos.

Por fim, em 2012, pretende-se aprimorar o Sistema de Cadeia de Custódia, cuja contratação está em fase de licitação pelo Banco Mundial. Além disso, um projeto de

cooperação com a GIZ contratará uma consultoria para o desenvolvimento de um sistema de monitoramento de impactos das concessões florestais.

### **Ampliação das áreas sob concessão florestal**

As concessões florestais são o modelo de gestão preconizado pelo Serviço Florestal Brasileiro, a fim de promover um desenvolvimento de base florestal sustentável e legal. As concessões florestais propiciam segurança fundiária aos Planos de Manejo Florestal Sustentável, necessária para investimentos de longo prazo, com agregação de valor local, e asseguram para a sociedade a origem de produtos florestais de qualidade.

Em 2011, havia a expectativa de lançamento dos editais das Flonas de Amana, Crepori, Jacundá, Saracá-Taquera – Lote Sul e Altamira. Todavia, somente foi lançado um edital, o da Floresta Nacional do Amana, pelos seguintes motivos: i) as Flonas de Altamira e Jacundá não tiveram seus Planos de Manejo das Florestas Nacionais aprovados em tempo hábil pelo ICMBio; ii) foi identificada a necessidade de ajustes metodológicos no processo de modelagem econômica dos editais, que levou à contratação de assessorias e investimentos; iii) foram elaboradas, discutidas e aprovadas quatro resoluções que normatizaram os cálculos, parâmetros e regras de gestão dos elementos do regime econômico-financeiro dos contratos, e a conclusão dos editais ficou condicionada à aprovação dessas resoluções; e iv) a adoção da estratégia de aguardar para avaliar a reação do mercado e dos principais grupos de interesse ao edital da Flona do Amana, com o objetivo de pautar os novos editais.

Todos os elementos citados levaram a uma profunda adequação do processo de concessão florestal durante o ano de 2011 e trouxeram condições técnicas, administrativas e políticas necessárias para a ampliação de áreas sob concessão florestal no ano de 2012.

O edital da Flona do Amana foi lançado no início de 2011 e licitou 210.160 hectares. Seu processo licitatório foi concluído com a vitória de duas cooperativas e uma pequena empresa, todas com sede no município de Jacareacanga. No entanto, nenhum vencedor obteve os recursos necessários para prestar as garantias necessárias para a assinatura dos contratos de concessão florestal.

Apesar do atraso gerado no ano de 2011, o esforço do SFB em consolidar o processo de concessão florestal gerou avanços que serão revertidos em resultados quantitativos e qualitativos, com o alcance da meta de 1.000.000 de hectares no ano de 2012, baseados nas melhorias desenvolvidas no ano anterior.

## **Manejo Florestal Comunitário**

Diante do objetivo estratégico de proporcionar às comunidades residentes em florestas públicas a possibilidade de manejar de forma autônoma e sustentável seus recursos naturais, o Serviço Florestal Brasileiro possui dois eixos de ação: o estabelecimento de diretrizes/normativas para o Manejo Florestal Comunitário (MFC) e o apoio à implantação de experiências bem-sucedidas de produção florestal nos diferentes biomas brasileiros, com a capacitação de técnicos, produtores e multiplicadores em atividades florestais.

O primeiro eixo se dá pela articulação com demais órgãos do governo. Nesse sentido, em 2011, o maior avanço foi a realização do planejamento estratégico do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar – PMCF (Decreto nº 6.874/2009), no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e do Desenvolvimento Agrário (MDA). Esse planejamento contou com a participação de diversos atores governamentais e da sociedade civil, representantes de todos os biomas, que indicaram as diretrizes principais para as políticas públicas de apoio ao MFC até 2015.

Também foram realizadas oito reuniões do Comitê Gestor do Programa, do qual o SFB é membro efetivo e a Secretaria Executiva.

O segundo eixo de ação engloba diversas frentes de trabalho: contratações de estudos e serviços (incluindo assistência técnica); ações da própria equipe técnica do SFB; e ações integradas a outros órgãos governamentais que possuem interface com o MFC.

No ano de 2011, destacam-se quatro ações estratégicas realizadas:

- o desenvolvimento de metodologias para apoio ao desenvolvimento organizacional das comunidades que realizam o manejo florestal – planejamento estratégico, planos de negócios, gestão de cooperativas;
- o apoio à assistência técnica florestal para 32 assentamentos na Caatinga e para comunidades de três Reservas Extrativistas da região Norte, permitindo o acúmulo de experiências que tendem a se tornar referência na área;
- a capacitação de 79 produtores em Manejo Florestal Comunitário e Técnicas de Boas Práticas; e
- o apoio à implantação de manejo florestal em cerca de 35 mil hectares.

As dificuldades de articulação entre os vários órgãos de governo e a carência de infraestrutura próxima às comunidades onde se realizam as atividades são limitações importantes para as ações relativas ao manejo florestal comunitário. Entre as principais dificuldades, pode-se citar a morosidade do procedimento de regularização fundiária (Incra) e

produtiva (órgãos estaduais de meio ambiente). As limitações de sincronia, de interesses e canalização de esforços entre os diferentes órgãos governamentais, entre outros fatores, dificultam o alcance das metas de transformar o manejo da floresta em alternativa econômica para as comunidades. Destaca-se que a ausência de assistência técnica estruturada é um enorme problema.

### **Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal**

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) tem por missão “fomentar o desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis no Brasil e promover a inovação tecnológica no setor”. O FNDF apresenta natureza contábil e tem por principal atividade a reversão de parte da arrecadação obtida pelo órgão gestor das concessões florestais, no âmbito federal, para o apoio a projetos de organizações públicas e privadas sem fins lucrativos, relacionados ao desenvolvimento do setor florestal.

São prioritárias para a aplicação dos recursos do FNDF as seguintes áreas:

- pesquisa e desenvolvimento tecnológico em manejo florestal;
- assistência técnica e extensão florestal;
- recuperação de áreas degradadas com espécies nativas;
- aproveitamento econômico racional e sustentável dos recursos florestais;
- controle e monitoramento das atividades florestais e desmatamentos;
- capacitação em manejo florestal;
- educação ambiental; e
- proteção ao meio ambiente e conservação dos recursos naturais.

Em 2011, o FNDF realizou as primeiras contratações desde o início de sua operação, a partir de 21 projetos selecionados em 2010, por meio da realização de quatro chamadas públicas, cujos objetos estão descritos no Quadro 3.

**Quadro 3. Chamadas de Projetos realizadas pelo FNDF em 2010.**

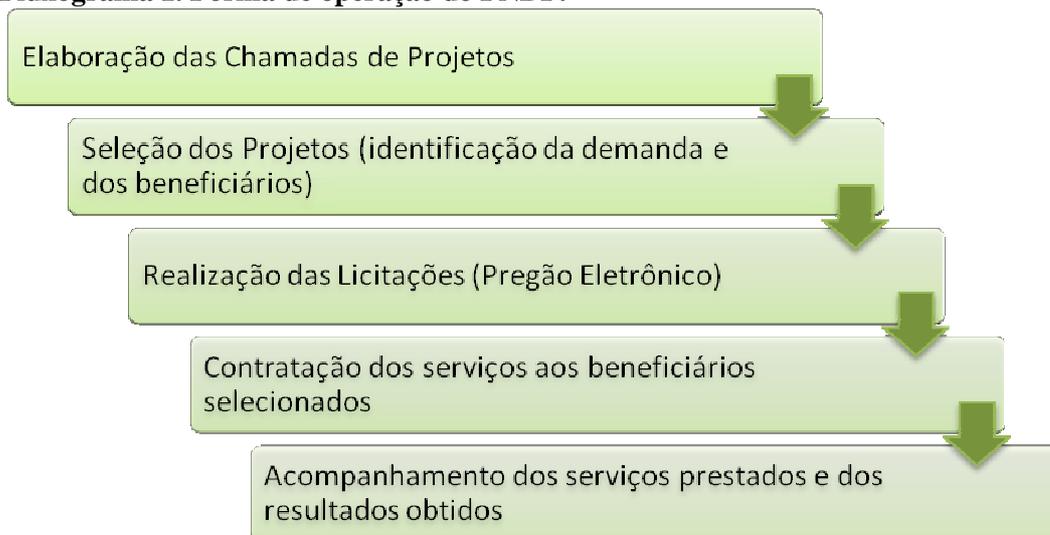
<b>Chamada</b>	<b>Objeto</b>	<b>Bioma</b>
Chamadas 1 e 2	Ofertar capacitação e assistência técnica para: (I) coletores e produtores de sementes; e (II) produtores de mudas, visando ao fortalecimento da produção e da oferta de sementes para a restauração florestal da região	Mata Atlântica
Chamada 3	Ofertar capacitação e assistência técnica para assentamentos da reforma agrária do estado do Piauí, visando ao Manejo Florestal Sustentável da Caatinga.	Caatinga
Chamada 4	Ofertar capacitação e assistência técnica para comunidades extrativistas das Reservas Extrativistas federais da região Norte do Brasil, visando ao incremento da produção extrativista de produtos florestais madeireiros e de produtos florestais não madeireiros.	Amazônia

Como resultado, 21 organizações foram apoiadas por meio de quatro pregões eletrônicos, envolvendo a contratação de sete instituições prestadoras de serviços e a aplicação de R\$ 1,5 milhão.

Cabe destacar que o FNDF apresenta uma forma de operação alternativa à celebração de convênios. Trata-se da contratação de serviços por meio de licitação, ou seja, a partir de chamadas públicas, são selecionados projetos que apresentem demandas legítimas de grupos sociais, as quais, em seguida, são atendidas a partir da seleção por meio de licitação pública e celebração de contratos com instituições prestadoras de serviços.

No fluxograma 1, é apresentada a forma de operação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.

### **Fluxograma 1. Forma de operação do FNDF.**



## ***2.3. Programas e Ações sob responsabilidade da unidade***

### ***2.3.1. Programa Nacional de Florestas***

As ações desenvolvidas pelo órgão inserem-se no Programa 0506 – Nacional de Florestas, que tem por objetivo de governo “Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional”.

O objetivo setorial do Programa orienta-se a “Promover a sustentabilidade do setor florestal, contemplando a proteção dos ecossistemas, a recuperação de áreas degradadas, a expansão da base florestal plantada, o manejo sustentável de florestas naturais e a ampliação da participação social”.

É importante ressaltar que o Serviço Florestal Brasileiro desenvolve algumas ações do Programa Nacional de Florestas, cuja coordenação principal fica a cargo da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

#### Quadro 4. Dados gerais do Programa 0506

0506-Programa Nacional de Florestas	
<b>Tipo de programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Promover a sustentabilidade do setor florestal, contemplando a proteção dos ecossistemas, a recuperação de áreas degradadas, a expansão da base florestal plantada, o manejo sustentável de florestas naturais e a ampliação da participação social.
<b>Gerente do programa</b>	Braulio Ferreira de Souza Dias
<b>Gerente executivo</b>	João de Deus Medeiros
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	1. Área de florestas com alto valor para conservação protegida; 2. área de florestas naturais em regime de manejo sustentável; 3. área de florestas plantadas; e 4. áreas degradadas recuperadas.
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Comunidades produtoras e consumidoras dos recursos florestais, agricultores familiares e setores produtivos de base florestal.

No item 2.3.2 serão apresentados os resultados alcançados, por ação, pelo Serviço Florestal Brasileiro em 2011.

### 2.3.2. Principais Ações do Programa

#### 2.3.2.1. Ação 2D25 – Funcionamento do Serviço Florestal

##### Quadro 5. Dados gerais da Ação 2D25.

Tipo	Ação Orçamentária
<b>Tipo de Ação</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Gerir os recursos de dotação orçamentária para o funcionamento do Serviço Florestal Brasileiro e unidades de administração dos Distritos Florestais Sustentáveis, no tocante à sua estrutura e mobilidade administrativa.
<b>Descrição</b>	Aplicação de recursos de forma direta ou descentralizada, visando maximizar a aplicação e racionalizar o uso dos recursos orçamentários em prol do funcionamento eficaz do Serviço Florestal Brasileiro na administração e promoção da gestão de florestas públicas.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Serviço Florestal Brasileiro
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Antônio Carlos Hummel
<b>Gerente Executivo</b>	Silane Rocha Martins
<b>Unidades executoras</b>	Gerência Executiva de Administração e Logística (Geal)

**Quadro 6. Execução Física da Ação 2D25.**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
18	122	0506	2D25	atividade	4	-	-	-	-

**a) Análise crítica**

A ação “Funcionamento do Serviço Florestal Brasileiro” possui o objetivo de gerir recursos de dotação orçamentária para o funcionamento da sede do Serviço Florestal Brasileiro e das suas Unidades Regionais (URs). Nessa ação, não há meta física, pois se trata de ação administrativa que substitui a ação padrão Gestão e Administração do Programa, utilizada por outras unidades no mesmo programa.

Em função do Contrato de Gestão e Desempenho firmado entre o Serviço Florestal Brasileiro e o Ministério do Meio Ambiente, que confere maior autonomia ao órgão, foram realizadas contratações principalmente para atendimento das Unidades Regionais. Entre elas, a locação dos imóveis para sediar a Unidade Regional Sul e a Unidade Regional Purus-Madeira e, para estruturação de suas novas sedes, contratação de empresas para serviços de vigilância, motorista, copeiragem, serviços gerais, recepcionistas e impressão e cópia. Também foram feitas contratações de empresas para execução de serviços em todas as Unidades Regionais<sup>5</sup>, quais sejam: fornecimento de combustível por meio do cartão Good Card, acesso a Internet por meio de *modems* 3G, seguros para os veículos da frota do Serviço Florestal, serviço de oficina e contratação de telefonia fixa.

A fim de suprir as necessidades da sede do Serviço Florestal, em Brasília, foram celebrados os seguintes contratos: serviços de impressão; serviço de copeiragem; serviço de limpeza; transporte de pessoal e *motoboy*; transporte interestadual de carga; serviços gráficos; empresa especializada para prestação de serviços de cotação de preços, reservas e emissão de bilhetes de passagens; serviços de manutenção predial; locação de veículos terrestre, aquaviário e aéreo; telefonia móvel e fixa, internet e correio.

Além disso, todos os materiais para o uso interno do Serviço Florestal foram adquiridos por meio da ação 2D25, tais como os materiais de expediente de uso diário aplicados nas áreas do Serviço Florestal, inclusive nas Unidades Regionais, para execução de suas atividades.

<sup>5</sup> Ao todo, o Serviço Florestal Brasileiro possui quatro Unidades Regionais.

### 2.3.2.2. Ação 10F1 – Demarcação das Florestas Públicas da União no Distrito Florestal da BR 163.

**Quadro 7. Dados gerais da Ação 10F1.**

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Tipo de Ação</b>	Projeto
<b>Finalidade</b>	Demarcar as florestas públicas da União localizadas no Distrito Florestal Sustentável da BR163, permitindo a operacionalização das concessões florestais.
<b>Descrição</b>	Identificação e delimitação de terras públicas da União com vocação para o manejo florestal sustentável, como Florestas Públicas, e realização de sua demarcação em campo, por intermédio de marcos geodésicos.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Serviço Florestal Brasileiro
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Antônio Carlos Hummel
<b>Gerente Executivo</b>	Humberto Mesquita Júnior
<b>Unidades executoras</b>	Gerência Executiva de Cadastro de Florestas Públicas (Gecad)

**Quadro 8. Execução Física da Ação 10F1.**

<b>Função</b>	<b>Subfunção</b>	<b>Programa</b>	<b>Ação</b>	<b>Tipo da Ação</b>	<b>Prioridade</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Meta prevista</b>	<b>Meta realizada</b>	<b>Meta a ser realizada em 2012</b>
18	127	0506	10F1	P	4	Ha de florestas demarcadas	60.000	116.526	---

#### a) **Análise crítica**

A execução física desta ação correspondeu aos resultados do trabalho de demarcação das Unidades de Manejo Florestal (UMFs) submetidas à concessão na Floresta Nacional de Saracá-Taquera, no Pará. O principal objetivo da demarcação é materializar, no terreno, os limites de uma UMF, de modo que possam servir para o monitoramento e controle das atividades florestais.

A demarcação foi realizada por meio da contratação de empresa especializada em serviços técnicos de engenharia.

### 2.3.2.3. Ação 10TC – Elaboração do Inventário Florestal Nacional

**Quadro 9. Dados gerais da Ação 10TC.**

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Tipo de Ação</b>	Projeto
<b>Finalidade</b>	Elaborar o Inventário Florestal Nacional.
<b>Descrição</b>	Realização do mapeamento da cobertura florestal do país e amostragem para a qualificação das florestas, visando à produção de relatório quinquenal e disponibilização de acesso às informações sobre as florestas do Brasil pela sociedade, por meio internet. A Ação permitirá a produção sistemática de indicadores sobre florestas, que facilitará a sua gestão e a demonstração da participação das florestas na economia do país, assim como subsidiará a elaboração de relatórios sobre o patrimônio florestal para atender a acordos e convenções internacionais sobre florestas, dos quais o Brasil é signatário (por exemplo, a Avaliação Global dos Recursos Florestais, a Convenção de Mudanças Climáticas, a Convenção sobre Espécies Ameaçadas (Cites) e Convenção da Diversidade Biológica).
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Serviço Florestal Brasileiro
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Antônio Carlos Hummel
<b>Gerente Executivo</b>	Cláudia Maria Mello Rosa
<b>Unidades executoras</b>	Gerência Executiva de Informações Florestais (Geinf)

**Quadro 10. Execução Física da Ação 10TC.**

<b>Função</b>	<b>Subfunção</b>	<b>Programa</b>	<b>Ação</b>	<b>Tipo da Ação</b>	<b>Prioridade</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Meta prevista</b>	<b>Meta realizada</b>	<b>Meta a ser realizada em 2012</b>
18	541	0506	10TC	projeto	3	% de inventário realizado	10	12,65	10

#### a) **Análise crítica**

A fim de implementar o Inventário Florestal Nacional, o Serviço Florestal Brasileiro buscou parcerias com os estados e com o Distrito Federal. Assim, o SFB estabeleceu acordos de cooperação técnica com alguns estados (Ceará, Rio de Janeiro, Sergipe, Rio Grande do Sul – Secretarias Estaduais de Meio Ambiente) – e um convênio com Santa Catarina – Fundação Universidade Regional de Blumenau.

Além disso, em 2011, foi contratada a Universidade Federal de Brasília (UnB), por meio do Departamento de Engenharia Florestal, para a realização do Inventário Florestal (IF) no Distrito Federal, no valor de R\$ 290.464,00. Dessa forma, o IF do DF foi realizado com a capacitação de cinco equipes, que levantaram os dados de campo.

Também foi assinado convênio com o estado de Ceará, no valor total de R\$ 1.050.000,00, para a realização do Inventário Florestal no estado. Os recursos já foram repassados pelo Serviço Florestal Brasileiro e o IF do Ceará encontra-se em fase de planejamento.

Por fim, o SFB conseguiu a aprovação de projeto, no GEF (Global Environment Facility), da ordem de US\$ 8,6 milhões, para a realização do IFN. O Projeto foi lançado em dezembro de 2011 e encontra-se em fase de planejamento e contratação de pessoal especializado.

Destaca-se que a execução física desta ação foi superior à prevista, devido ao valor acumulado registrado em janeiro, referente ao último trimestre de 2010. A execução física também foi superior à execução financeira em razão da otimização dos recursos e da utilização de recursos de outras fontes.

#### 2.3.2.4. Ação 10TD – Implantação do Sistema Nacional de Informações Florestais

**Quadro 11. Dados gerais da Ação 10TD.**

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Tipo de Ação</b>	Projeto
<b>Finalidade</b>	Implementar e consolidar o Sistema Nacional de Informações Florestais.
<b>Descrição</b>	Apoio ao planejamento florestal regional e dos Distritos Florestais Sustentáveis, utilizando o portal de acesso a informações sobre o uso sustentável das florestas do Brasil.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Serviço Florestal Brasileiro
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Antônio Carlos Hummel
<b>Gerente Executivo</b>	Cláudia Maria Mello Rosa
<b>Unidades executoras</b>	Gerência Executiva de Informações Florestais (Geinf)

**Quadro 12. Execução Física da Ação 10TD.**

<b>Função</b>	<b>Subfunção</b>	<b>Programa</b>	<b>Ação</b>	<b>Tipo da Ação</b>	<b>Prioridade</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Meta prevista</b>	<b>Meta realizada</b>	<b>Meta a ser realizada em 2012</b>
18	541	0506	10TD	projeto	4	% de sistema implantado	20	17,8	20

#### a) **Análise crítica**

Em 2011, o sítio eletrônico do Sistema Nacional de Informações Florestais (Snif) foi atualizado com dados e informações sobre os recursos florestais, setor florestal produtivo e ensino e pesquisa florestal, coletados em diversas instituições governamentais e não

governamentais, principalmente IBGE, MEC, MDIC, MTE, FSC, Ceflor, Bracelpa, Abraf, Abipa, Ibama, ICMBio e MMA .

O Snif tem sido bastante consultado, o que demonstra sua importância para a sociedade e a necessidade de consolidar suas plataformas de informação (bancos de dados) para o cumprimento da competência legal do SFB como órgão responsável pela disponibilização de informações florestais. A solução prevista para 2012 é a contratação de suporte técnico para desenvolvimento dos documentos necessários no processo de planejamento, conforme previsto no art. 5º da IN 04/2010 do MPOG.

A execução física e financeira para implementação do Snif ficou abaixo do previsto devido à dificuldade de contratação de solução de tecnologia da informação (sistema de informação) por falta de recursos humanos (na área de TI) no Serviço Florestal Brasileiro. Além disso, houve redução da equipe do SFB designada para trabalhar com o Snif. Isso ocorreu porque os contratos são temporários e as pessoas procuram outras oportunidades de trabalho mais estáveis.

No âmbito do Portal Nacional da Gestão Florestal (PNGF), o ano de 2011 foi dedicado a divulgação e capacitação de técnicos dos estados do Norte e Nordeste. Foram capacitados 40 técnicos em três cursos realizados em Brasília e um em Recife. Apesar dessas capacitações, poucas informações foram incluídas no PNGF. É necessária uma ação mais efetiva para fazer com que os estados compreendam a importância desse Portal e estabeleçam rotinas de inclusão de informações e integração de sistemas de informação.

Um produto do Snif de divulgação de informações florestais que tem tido um excelente resultado é o livro de bolso Florestas do Brasil em Resumo. A edição lançada no final de 2010 foi amplamente distribuída durante todo o ano de 2011. Essa publicação foi bastante solicitada por diferentes tipos de instituições, principalmente de ensino e pesquisa.

Outro produto do Snif que teve um excelente resultado foi o capítulo do Brasil publicado no “Status of Tropical Forest Management 2011” – Technical Series 38 – ITTO. Esse capítulo resultou do relatório desenvolvido no âmbito do Snif sobre o manejo de florestas tropicais do Brasil, e que foi encaminhado ao ITTO. Trata-se de uma publicação internacional de grande importância.

### 2.3.2.5. Ação 20A7 – Desenvolvimento da Silvicultura com Espécies Florestais Nativas e Sistemas Agroflorestais

**Quadro 13. Dados gerais da Ação 20A7.**

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Tipo de Ação</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Promover o desenvolvimento e a transferência tecnológica para a ampliação da oferta e agregação de valor aos produtos madeireiros, não madeireiros e de serviços ambientais da silvicultura com espécies nativas e dos sistemas de produção agroflorestal. Buscar o desenvolvimento, em todo o Brasil e, em específico, nos distritos florestais sustentáveis, de cadeias produtivas que proporcionem a geração de emprego, renda, inclusão social e benefícios sociais para produtores familiares, pequenos e médios produtores rurais.
<b>Descrição</b>	Promoção do fortalecimento e implantação de centros e unidades orientadas ao desenvolvimento e difusão tecnológica, à realização de pesquisas, ensaios de campo, treinamentos e atividades de difusão tecnológica, envolvendo publicação de materiais didáticos, programas radiofônicos, vídeos e outras mídias para a ampliação do conhecimento tecnológico silvicultural e a agregação de valores aos produtos e subprodutos da silvicultura com espécies nativas e sistemas agroflorestais.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Serviço Florestal Brasileiro
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Antônio Carlos Hummel
<b>Gerente-Executivo</b>	José Natalino Silva
<b>Unidades executoras</b>	Gabinete

**Quadro 14. Execução Física da Ação 20A7.**

<b>Função</b>	<b>Subfunção</b>	<b>Programa</b>	<b>Ação</b>	<b>Tipo da Ação</b>	<b>Prioridade</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Meta prevista</b>	<b>Meta realizada</b>	<b>Meta a ser realizada em 2012</b>
18	573	18	573	0506	4	nº de tecnologias difundidas	1	0	3

#### a) Análise crítica

Não houve execução orçamentária nem execução física nesta ação.

Em 2011, foi aprovado um projeto no Banco Alemão de Desenvolvimento (KFW), que ampliará os recursos disponíveis para ações de silvicultura na Amazônia. Esse projeto terá seu início em 2012.

### 2.3.2.6. Ação 2D12 – Planejamento e Gestão das Concessões Florestais

**Quadro 15. Dados gerais da Ação 2D12.**

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Tipo de Ação</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Empreender as iniciativas de gestão das florestas públicas, promovendo o monitoramento das condições ambientais, do uso dos recursos naturais e das atividades antrópicas, licitar e administrar contratos de concessão florestal, buscando garantir a sua proteção ecológica, biológica e cultural, o uso sustentável dos recursos naturais e a promoção do desenvolvimento local, a transparência, a segurança jurídica e a continuidade das ações empreendidas, a fim de garantir o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e o pagamento pelo uso dos recursos.
<b>Descrição</b>	Implementação das ações relativas à gestão das florestas públicas da União, estados e municípios, buscando a efetividade no cumprimento dos Planos de Manejo Florestal Sustentáveis dos contratos de transição de continuidade do manejo e dos contratos de concessão florestal. Elaboração de estudos ambientais preliminares para fins de licenciamento ambiental prévio; desenvolvimento de estudos que subsidiem a oferta de florestas públicas para manejo florestal, considerando suas características intrínsecas e a adequação a aspectos tecnológicos e de mercado, como preços de produtos florestais, logística de exploração e de transporte. Definição das normas e parâmetros contratuais e das obrigações das partes, desenvolvendo a fiscalização e o acompanhamento dos contratos. Disposição sobre as normas e técnicas de controle da produção, incluindo o uso de tecnologias de rastreamento da produção. Monitoramento da proteção de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção nas áreas de florestas públicas, dos corpos d'água, da proteção das florestas públicas contra incêndios, desmatamentos e explorações ilegais e outras ameaças à sua integridade e à dinâmica de desenvolvimento das florestas públicas. Monitoramento do cumprimento da legislação trabalhista, da existência de conflitos socioambientais, dos impactos sociais, ambientais, econômicos e outros que possam afetar a segurança pública e a defesa nacional, tomando as providências cabíveis para sua regularização. Produção e divulgação do Relatório Anual de Gestão de Florestas Públicas, garantindo a transparência, diálogo e o acesso às informações.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Serviço Florestal Brasileiro
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Antônio Carlos Hummel
<b>Gerente Executivo</b>	Marcelo Arguelles
<b>Unidades executoras</b>	Gerência Executiva de Concessões Florestais (Gecof)

**Quadro 16. Execução Física da Ação 2D12.**

<b>Função</b>	<b>Subfunção</b>	<b>Programa</b>	<b>Ação</b>	<b>Tipo da Ação</b>	<b>Prioridade</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Meta prevista</b>	<b>Meta realizada</b>	<b>Meta a ser realizada em 2012</b>
18	541	0506	2D12	atividade	3	ha de contratos gerados	1.000.000	355.368	700.000

**a) Análise crítica**

Esta ação engloba todas as atividades relacionadas ao processo de concessão florestal, desde a elaboração do Plano Anual de Outorga Florestal, dos editais de concessão, até o monitoramento dos contratos assinados.

Inicialmente, destaca-se que, em julho de 2011, foi publicado o Plano Anual de Outorga Florestal, que selecionou as áreas passíveis de concessão florestal em 2012, tornando elegível para concessão 4,4 milhões de hectares de florestas públicas federais, distribuídos em dez Florestas Nacionais.

Em relação ao lançamento de editais de concessão florestal, a execução física em 2011 não atingiu a meta prevista.

Em 2011, seriam lançados cinco editais de concessão florestal nas Flonas do Amana, Crepori, Jacundá, Saracá-Taquera – Lote Sul e Altamira, que totalizariam aproximadamente 1 milhão de hectares. No entanto, somente foi lançado o edital da Flona do Amana.

Esse edital, lançado no início de 2011, licitou 210.160 hectares de florestas públicas para concessão, distribuídos em cinco unidades de manejo florestal. Venceram o processo licitatório duas cooperativas e uma pequena empresa, que não obtiveram os recursos para prestar as garantias necessárias para a assinatura dos contratos.

Os editais das Flonas de Altamira e Jacundá não puderam ser lançados porque essas Flonas não tiveram seus Planos de Manejo Florestal aprovados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Além disso, observou-se a necessidade de ajustar a modelagem econômica dos editais e, assim, foram elaboradas, discutidas e aprovadas quatro Resoluções que normatizaram os cálculos, parâmetros e regras de gestão dos elementos do regime econômico-financeiro dos contratos de concessão florestal. Isso demandou grandes esforços e tempo da equipe do Serviço Florestal Brasileiro.

Dessa forma, em 2011 houve aprimoramento do processo de concessão florestal, o que levou à reformulação dos editais das Florestas Nacionais do Amana, Jacundá, Saracá-Taquera, Crepori e Altamira.

Portanto, espera-se que, em 2012, a meta de 1 milhão de hectares sob concessão florestal seja alcançada, em razão dos avanços e da consolidação do processo ocorrida em 2011.

Ressalta-se que, em 2011, foram gerenciados os cinco contratos de concessão florestal já assinados das Flonas do Jamari (RO) e Saracá-Taquera (PA).

Nas concessões da Flona do Jamari, que já se encontram em exploração madeireira, as atividades de monitoramento foram executadas. Foram implementados o sistema de rastreamento de madeira e o sistema de cadeia de custódia. A implementação desses sistemas gerou importantes aprendizados para uma proposta de aperfeiçoamento e adequação à escala de vários contratos de concessão florestal.

Vale destacar que o contingenciamento orçamentário afetou a capacidade de trabalho e monitoramento em campo, elemento essencial para a confiança e o sucesso dos sistemas de controle da produção nas concessões.

Outros entraves ocorreram também em relação às concessões na Flona de Saracá-Taquera, devido ao atraso na análise e aprovação dos PMFS pelo Ibama, impedindo que atividades projetadas para essas áreas fossem conduzidas.

Por fim, em 2011 foi alcançada uma melhor compreensão e amadurecimento sobre o monitoramento das concessões e foi então estabelecido, a partir do ano de 2012, esse tema como uma ação específica do PPA.

### 2.3.2.7. Ação 2D13 – Criação e Implementação de Distritos Florestais Sustentáveis

**Quadro 17. Dados gerais da Ação 2D13.**

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Tipo de Ação</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Apoiar os processos de criação e implementação dos complexos geo-econômico-sociais representados pelos Distritos Florestais Sustentáveis.
<b>Descrição</b>	Promoção da integração e da sinergia dos diversos agentes públicos e privados atuantes na área de abrangência dos Distritos Florestais Sustentáveis, no sentido de viabilizar a produção florestal, de forma sustentável e integrada com os demais setores da economia, alçando as cadeias de produção de base florestal ao centro da dinâmica econômica regional.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Serviço Florestal Brasileiro
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Antônio Carlos Hummel
<b>Gerente Executivo</b>	Luiz Carlos de Miranda Joels
<b>Unidades executoras</b>	Gabinete

**Quadro 18. Execução Física da Ação 2D13.**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
18	541	0506	2D13	atividade	4	nº de distritos florestais implantados	1	1	---

**a) Análise crítica**

Não houve execução física nem financeira nesta ação.

Destaca-se que o objetivo desta ação é criar Distritos Florestais Sustentáveis. No entanto, em 2011, não foram criados novos Distritos, pois se trata de um processo complexo, que envolve várias instâncias do governo, e, no ano passado, as condições não foram favoráveis à sua criação.

O Serviço Florestal Brasileiro possui quatro unidades regionais, das quais uma se localiza no Distrito Florestal Sustentável da BR 163. As atividades realizadas por essas unidades regionais se enquadram nas demais ações executadas pelo SFB, principalmente na Ação 2D12 – Planejamento e Gestão das Concessões Florestais e na Ação 8300 – Apoio ao Manejo Florestal Sustentável.

Destaca-se que esta ação não foi incluída no Plano Plurianual 2012-2015.

**2.3.2.8. Ação 4641– Publicidade e Utilidade Pública****Quadro 19. Dados gerais da Ação 4641.**

Tipo	Ação Orçamentária
<b>Tipo de Ação</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.
<b>Descrição</b>	A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Serviço Florestal Brasileiro
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Antônio Carlos Hummel
<b>Gerente Executivo</b>	Luis Gonçalves da Motta
<b>Unidades executoras</b>	Gabinete

**Quadro 20. Execução Física da Ação 4641.**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
18	131	0506	4641	atividade	4	-	-	-	-

**a) Análise crítica**

O Serviço Florestal Brasileiro, por meio de uma parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), tem participado do programa de rádio Prosa Rural, voltado a difundir informações para a população rural, com um espaço chamado "Minuto Florestal". Em 2011, foram elaborados cerca de 50 *spots* de rádio semanais para divulgação de ações florestais sustentáveis em todos os estados da região Norte. Com esta ação, é possível levar para a população de regiões às vezes remotas, informações sobre a atividade florestal sustentável, as técnicas do manejo florestal e seus benefícios para a população e para a floresta, e sobre as concessões florestais previstas na Lei nº 11.284/2006.

A veiculação dos Minutos Florestais permite ampliar o quantitativo de pessoas com acesso a informações sobre atividades florestais sustentáveis, considerando que, em muitos locais da Amazônia, o rádio é um dos principais meios de comunicação utilizados pela população.

Não foram utilizados recursos orçamentários para realizar esta ação, pois não se trata de "utilidade pública".

### 2.3.2.9. Ação 4950 – Capacitação em Atividades Florestais

**Quadro 21. Dados gerais da ação 4950.**

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Tipo de Ação</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Promover a qualificação de recursos humanos para a adoção das técnicas adequadas à realização de atividades florestais, contribuindo no uso sustentável dos recursos florestais madeireiros e não madeireiros.
<b>Descrição</b>	A promoção da adoção do Manejo Florestal como uma atividade econômica que compatibiliza a conservação e o uso sustentável dos recursos florestais à geração de renda e de benefícios socioeconômicos para a sociedade depende, em grande medida, da geração e difusão de conhecimentos referentes às práticas a serem adotadas em campo. Considerando que a qualificação de técnicos e trabalhadores quanto às melhores práticas de manejo florestal, madeireiro e não madeireiro, é essencial para viabilizar a sua implementação, a ação promove e articula, no âmbito federal e em parcerias em outras entidades públicas e privadas, atividades de geração de conhecimentos, difusão e capacitação de técnicas adequadas para as atividades florestais. Essas parcerias priorizam as entidades de ensino e pesquisa, as entidades que realizam capacitação e qualificação profissionalizante de ensino formal e não formal, bem como as orientadas à difusão nos meios de comunicação da incorporação do componente florestal às atividades rurais.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Serviço Florestal Brasileiro
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Antônio Carlos Hummel
<b>Gerente Executivo</b>	Cristina Galvão Alves
<b>Unidades executoras</b>	Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor)

**Quadro 22. Execução Física da Ação 4950.**

<b>Função</b>	<b>Subfunção</b>	<b>Programa</b>	<b>Ação</b>	<b>Tipo da Ação</b>	<b>Prioridade</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Meta prevista</b>	<b>Meta realizada</b>	<b>Meta a ser realizada em 2012</b>
18	128	0506	4950	atividade	4	nº de pessoas capacitadas	340	606*	340

Nota: \* Foi identificado um erro de preenchimento no Sigplan, por isso, nesse sistema, a meta realizada informada é de 0 pessoas capacitadas, enquanto a execução física foi de 606 pessoas capacitadas, como explicado na análise crítica.

#### a) **Análise crítica**

A execução física foi realizada devido à existência de projetos de cooperação técnica internacional, com recursos provenientes da Comunidade Européia (executado como Projeto BR 163 – FAO BRA 070) e do Fundo RFT (Rain Forest Trust), gerenciado pelo Banco Mundial. Observa-se que os valores executados na cooperação técnica internacional

correspondem a 67% da execução financeira das atividades relacionadas à capacitação em atividades florestais.

Dessa forma, os recursos da Ação 4950 custearam os pagamentos dos salários dos funcionários temporários, que desenvolveram os conteúdos, relatórios, termos de referência e demais documentos para subsidiar a execução das capacitações, e os recursos da cooperação técnica internacional custearam a execução das capacitações em campo, com o pagamento de serviços contratados. Assim, com a utilização dos recursos provenientes da cooperação internacional, foram realizados 31 eventos de capacitação, que atingiram 606 pessoas.

Para os próximos anos, para que as ações de capacitação tenham continuidade e ganhem escala, é fundamental assegurar novas fontes de recursos (novos projetos de cooperação técnica, acesso a fundos) ou se fortalecer o orçamento proveniente da União. Os recursos do RFT e da Comunidade Européia, no âmbito dos projetos em andamento, encerram-se em 2012, com orçamento de no máximo R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

### 2.3.2.10. Ação 6035 – Pesquisa e Desenvolvimento Florestal

**Quadro 23. Dados gerais da Ação 6035.**

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Tipo de Ação</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Realizar pesquisas e promover o desenvolvimento científico e tecnológico, subsidiando a formulação e a implementação de normas de acesso e uso dos recursos florestais e orientando para o melhor aproveitamento dos produtos de origem florestal.
<b>Descrição</b>	Geração de conhecimentos, desenvolvimento e inovação de técnicas e tecnologias, para a implantação de sistemas de produção florestal sustentáveis e com ênfase no uso múltiplo das florestas naturais e plantadas. Agregação de valor aos produtos florestais madeireiros e não madeireiros, racionalizando a exploração e o processamento dos recursos florestais, aperfeiçoando as práticas de processamento associadas às indústrias de base florestal, valorizando as florestas e gerando renda e promovendo a inclusão social.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Serviço Florestal Brasileiro
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Antônio Carlos Hummel
<b>Gerente Executivo</b>	Varlone Martins
<b>Unidades executoras</b>	Laboratório de Produtos Florestais (LPF)

**Quadro 24. Execução Física da Ação 6035.**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
18	571	0506	6035	atividade	4	nº de pesquisas realizadas	14	14*	20

Nota: \* No Sigplan, a meta realizada nesta Ação é de três pesquisas realizadas; no entanto, 14 pesquisas foram desenvolvidas ao longo do ano e três foram finalizadas.

**a) Análise crítica**

Durante o ano de 2011, o SFB desenvolveu 14 projetos de pesquisa relacionados à tecnologia da madeira. Esses projetos foram executados de forma contínua e em diferentes proporções durante o ano e três foram finalizados.

Paralelamente aos projetos de pesquisa, o SFB desenvolveu outras atividades que visam aperfeiçoar o uso dos recursos florestais, como a geração de produtos técnico-científicos, a disseminação de informações e a transferência de tecnologias, a formação e capacitação de estudantes e profissionais. Todas essas atividades visam otimizar o uso dos recursos florestais e estão, portanto, em consonância com a consecução dos objetivos do Serviço Florestal Brasileiro.

Os problemas encontrados na execução dessa ação restringiram-se a questões meramente operacionais, principalmente relacionadas aos processos de compras e contratações de serviços e foram resultantes da morosidade na tramitação desses processos.

### 2.3.2.11. Ação 8298 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Florestal Sustentável

**Quadro 25. Dados gerais da Ação 8298.**

Tipo		Ação Orçamentária
<b>Tipo de Ação</b>	Atividade	
<b>Finalidade</b>	Apoiar projetos orientados ao desenvolvimento do setor florestal nacional e ao fomento de atividades sustentáveis de base florestal no Brasil e promover a inovação tecnológica do setor.	
<b>Descrição</b>	Disponibilização de recursos provenientes da arrecadação com concessões florestais e recursos de outras fontes que venham a ser destinados ao FNDF, para aplicação, prioritária, em projetos nas seguintes áreas de: I – pesquisa e desenvolvimento tecnológico em manejo florestal; II – assistência técnica e extensão florestal; III – recuperação de áreas degradadas com espécies nativas; IV – aproveitamento econômico racional e sustentável dos recursos florestais; V – controle e monitoramento das atividades florestais e desmatamentos; VI – capacitação em manejo florestal e formação de agentes multiplicadores em atividades florestais; VII – educação ambiental; e VIII – proteção ao meio ambiente e conservação dos recursos naturais.	
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Serviço Florestal Brasileiro	
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Antônio Carlos Hummel	
<b>Gerente Executivo</b>	João Paulo Sotero de Vasconcelos	
<b>Unidades executoras</b>	Gerência Executiva de Fundo e Fomento - Gefom	

**Quadro 26. Execução Física da Ação 8298.**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
18	541	0506	8298	atividade	3	nº de projetos apoiados	12	22*	12

Nota: \* Apesar de constar do Sigplan a meta realizada de 1 projeto apoiado, além desse, 21 projetos foram apoiados com recursos de outra ação.

#### a) Análise crítica

Os recursos disponibilizados para esta ação foram alocados em um único projeto, contudo estruturante, para a realização do inventário florestal do estado do Ceará. No entanto, em 2011, foram apoiadas, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), 21 iniciativas, viabilizadas com recursos da ação apoio ao manejo florestal comunitário (R\$ 1,5 milhão), por meio de oito contratos oriundos dos pregões eletrônicos, de acordo com o Quadro 27.

**Quadro 27. Projetos Contratados em 2011 pelo FNDF.**

<b>Chamada</b>	<b>Projetos</b>	<b>Localização</b>	<b>Vigência do contrato</b>	<b>Valor</b>
Chamada 1	Cooperativa de reflorestadores de Mata Atlântica do extremo sul da Bahia	Porto Seguro/BA	24 meses	<b>R\$ 238.998,00</b>
	Associação de Produtores Orgânicos da APA Itacaré/Serra Grande	Itacaré/BA		
	Viveiro Campos	João Pessoa/PB		
	Associação dos Pequenos Produtores da Agrovila Panorama	Medeiros Neto/BA		
	Associação Grupo Bicho do Mato	Ibicoara/BA		
Chamada 2	Associação dos Pequenos Produtores da Agrovila Panorama	Medeiros Neto/BA	24 meses	<b>R\$ 365.500,00</b>
	Herbfértil Soluções ambientais LTDA. -NE	Ribeirão/PE		
	Viveiro Municipal de Plantas Nativas	João Pessoa/PB		
	Serviço Pastoral dos Migrantes	João Pessoa/PB		
	Fundação Pró-Tamar	Fernando de Noronha/PE		
Chamada 3	Associação de Desenvolvimento Comunitário da Serra do Marfim (PA Arizona II)	Lagoa do Sítio/PI	24 meses (22/8/2011 a 21/8/2013)	<b>R\$ 234.000,00</b>
	Associação Comunitária de Serra do Batista	Valença do Piauí/PI		
	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Gado Bravo	Brasileira/PI		
	Associação de Desenvolvimento Comunitário da Fazenda Arizona I	Lagoa do Sítio/PI		
	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Canaã	Lagoa do Sítio/PI		
Chamada 4	Associação Comunitária de Desenvolvimento Sustentável do Rio Arimum	Porto de Moz/PA (Resex Verde para Sempre)	24 meses	<b>R\$ 662.000,00</b>
	Associação Comunitária de Desenvolvimento Sustentável da Comunidade do Juçara	Porto de Moz/PA (Resex Verde para Sempre)		
	Associação dos Trabalhadores Rurais de Juruá	Juruá/AM (Resex Baixo Juruá)		
	Associação Agroextrativista da Cabeceira do Amorim.	Santarém/PA (Resex Tapajós-Arapiuns)		
	Associação Comunitária de Limãotuba	Santarém/PA (Resex Tapajós-Arapiuns)		
	Associação dos Moradores da Comunidade de Suruacá	Santarém/PA (Resex Tapajós-Arapiuns)		

Nota: No Quadro 3, são apresentados os objetivos de cada Chamada realizada.

Dessa forma, destaca-se que os recursos previstos foram utilizados e, inclusive, foram utilizados recursos de outra ação. Nesse sentido, a ação de apoio a projetos demonstra sua capacidade de execução orçamentária. Portanto, a ampliação dos quantitativos disponíveis não gerará gargalos de execução.

### 2.3.2.12 Ação 8300 – Apoio ao Manejo Florestal Comunitário

**Quadro 28. Dados gerais da Ação 8300.**

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Tipo de Ação</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Promover o manejo florestal sustentável comunitário em áreas públicas, agregando valor à produção, conservando os recursos naturais e melhorando a qualidade de vida da população.
<b>Descrição</b>	Identificação de comunidades locais e populações tradicionais, controlando e apoiando os processos de destinação não onerosa dos recursos florestais; promoção da capacitação de comunitários e técnicos para o controle florestal, o manejo florestal comunitário, a prestação de assistência técnica florestal, o processamento e agregação de valor à produção e para sua comercialização; diagnóstico e proposição de adaptações aos instrumentos econômicos associados ao uso e à conservação dos recursos florestais manejados por comunidades.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Serviço Florestal Brasileiro
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Antônio Carlos Hummel
<b>Gerente Executivo</b>	Elizângela Januário
<b>Unidades executoras</b>	Gerência Executiva de Florestas Comunitárias (GEFC)

**Quadro 29. Execução Física da Ação 8300.**

<b>Função</b>	<b>Subfunção</b>	<b>Programa</b>	<b>Ação</b>	<b>Tipo da Ação</b>	<b>Prioridade</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Meta prevista</b>	<b>Meta realizada</b>	<b>Meta a ser realizada em 2012</b>
18	541	0506	8300	atividade	4	ha de área manejada	181.720	34.704	50.000

#### a) Análise crítica

A execução física e financeira da ação de manejo florestal comunitário foi baixa em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2011. Essa baixa execução se deveu a fatores de ordem política e gerencial. O contingenciamento de recursos, que levou à liberação do orçamento somente ao final do ano, impossibilitou a realização das ações que necessitavam de um período mais amplo de execução.

Outro aspecto crucial diz respeito às áreas que seriam apoiadas pelo SFB. Grande parte das ações tinham como pré-requisito a ação de outros órgãos – Inkra e ICMBio – para regularização fundiária e ambiental, que não foram cumpridas a tempo, impossibilitando a execução das ações previstas. Assim, a maior dificuldade para a execução das ações de manejo florestal comunitário e familiar é a dependência de ações de outros órgãos como pré-requisito à implantação dos PMFS e a ausência de orçamento para ações de escala de

capacitação e assistência técnica necessárias para garantir que o manejo comunitário seja de fato executado, atendendo à legislação e gerando renda às populações.

### 2.3.2.13 Ação 8304 – Cadastramento de Florestas Públicas Nacionais

**Quadro 30. Dados gerais da Ação 8304.**

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Tipo de Ação</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Implementar o Cadastro Nacional de Florestas Públicas.
<b>Descrição</b>	Consolidação das informações sobre as características florestais e fundiárias das florestas públicas em domínio da União, dos estados e dos municípios, delimitando suas áreas, registrando os imóveis e demarcando estas florestas.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Serviço Florestal Brasileiro
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Antônio Carlos Hummel
<b>Gerente Executivo</b>	Humberto Mesquita Júnior
<b>Unidades executoras</b>	Gerência Executiva de Cadastro de Florestas Públicas (Gecad)

**Quadro 31. Execução Física da Ação 8304.**

<b>Função</b>	<b>Subfunção</b>	<b>Programa</b>	<b>Ação</b>	<b>Tipo da Ação</b>	<b>Prioridade</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Meta prevista</b>	<b>Meta realizada</b>	<b>Meta a ser realizada em 2012</b>
18	127	0506	8304	atividade	4	ha de florestas cadastradas	10.000.000	11.953.164	10.000.000

#### a) **Análise crítica**

A ação “Cadastro de Florestas Públicas Nacionais” atingiu a sua meta de execução física. O Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) foi atualizado pelo Serviço Florestal Brasileiro em novembro de 2011, registrando 297 milhões de hectares de florestas, o que corresponde a 35% do território nacional. Em relação à atualização do CNFP 2010<sup>6</sup>, houve aumento de 4,2% da área cadastrada (aproximadamente 12 milhões de hectares). Parte desse acréscimo corresponde a áreas militares, que, até 2010, não haviam sido inseridas no CNFP.

<sup>6</sup>O valor de 290 milhões de hectares, apresentado pelo CNFP em 2010, foi reduzido para 285, por causa da retificação em razão da duplicação de polígonos, nos arquivos gerados para o cadastro de 2010.

### 2.3.2.14 Ação 20CW – Assistência médica aos servidores e empregados - exames periódicos

**Quadro 32. Dados gerais da Ação 20CW.**

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Tipo de Ação</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.
<b>Descrição</b>	Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os exames sejam realizados pelo próprio órgão.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Serviço Florestal Brasileiro
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Não há coordenador vinculado.
<b>Gerente Executivo</b>	-----
<b>Unidades executoras</b>	-----

**Quadro 33. Execução Física da Ação 20CW.**

<b>Função</b>	<b>Subfunção</b>	<b>Programa</b>	<b>Ação</b>	<b>Tipo da Ação</b>	<b>Prioridade</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Meta prevista</b>	<b>Meta realizada</b>	<b>Meta a ser realizada em 2012</b>
18	301	0750	20CW	atividade	1	Servidor beneficiado	124	0	124

#### a) **Análise crítica**

Não houve execução física ou financeira na ação em razão de os servidores terem optado por realizar os exames clínicos por meio de planos de saúde particulares, desonerando o orçamento específico para essa finalidade.

### 2.3.2.15 Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais

**Quadro 34. Dados gerais da Ação 09HB.**

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Tipo de Ação</b>	Operações Especiais
<b>Finalidade</b>	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais, na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
<b>Descrição</b>	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais, na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Serviço Florestal Brasileiro
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Antônio Carlos Hummel
<b>Gerente Executivo</b>	Silane Martins
<b>Unidades executoras</b>	Gerência de Administração e Logística (Geal)

**Quadro 35. Execução Física da Ação 09HB.**

<b>Função</b>	<b>Subfunção</b>	<b>Programa</b>	<b>Ação</b>	<b>Tipo da Ação</b>	<b>Prioridade</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Meta prevista</b>	<b>Meta realizada</b>	<b>Meta a ser realizada em 2012</b>
18	122	0750	09HB	Operações especiais	1	--	---	---	----

**a) Análise crítica**

Essa ação não possui meta física por ser uma ação padronizada. A execução se deu conforme o planejado.

### 2.3.2.16 Ação 2004 – Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes

**Quadro 36. Dados gerais da Ação 2004.**

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Tipo de Ação</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas (exclusive pessoal contratado por tempo determinado – Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) condições para manutenção da saúde física e mental.
<b>Descrição</b>	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Serviço Florestal Brasileiro
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Antônio Carlos Hummel
<b>Gerente Executivo</b>	Silane Martins
<b>Unidades executoras</b>	Gerência de Administração e Logística (Geal)

**Quadro 37. Execução Física da Ação 2004.**

<b>Função</b>	<b>Subfunção</b>	<b>Programa</b>	<b>Ação</b>	<b>Tipo da Ação</b>	<b>Prioridade</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Meta prevista</b>	<b>Meta realizada</b>	<b>Meta a ser realizada em 2012</b>
18	301	0750	2004	atividade	1	Pessoa beneficiado	128	64	105

#### a) **Análise crítica**

A execução financeira apresentou um pequeno acréscimo devido à mudança da forma de pagamento do ressarcimento, ocorrida após alteração na legislação quanto à definição dos valores de ressarcimento, que passou a obedecer a uma tabela relacionada com a faixa etária e com a remuneração do servidor. Já a execução física ficou abaixo do previsto devido à dificuldade na previsibilidade da concessão do benefício e na redução no quantitativo de servidores em razão de vacâncias e exonerações.

### 2.3.2.17 Ação 2010 – Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados

**Quadro 38. Dados gerais da Ação 2010.**

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Tipo de Ação</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Oferecer aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar..
<b>Descrição</b>	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Serviço Florestal Brasileiro
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Antônio Carlos Hummel
<b>Gerente Executivo</b>	Silane Martins
<b>Unidades executoras</b>	Gerência de Administração e Logística (Geal)

**Quadro 39. Execução Física da Ação 2010.**

<b>Função</b>	<b>Subfunção</b>	<b>Programa</b>	<b>Ação</b>	<b>Tipo da Ação</b>	<b>Prioridade</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Meta prevista</b>	<b>Meta realizada</b>	<b>Meta a ser realizada em 2012</b>
18	365	0750	2010	atividade	1	Criança atendida	19	12	16

**a) Análise crítica**

A meta prevista e a realizada se mantiveram estáveis, uma vez que, no ano de 2009, o número de crianças atendidas foi de 16 (dezesseis).

### 2.3.2.18 Ação 2011 – Auxílio-transporte aos servidores e empregados

**Quadro 40. Dados gerais da Ação 2011.**

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Tipo de Ação</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
<b>Descrição</b>	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Serviço Florestal Brasileiro
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Antônio Carlos Hummel
<b>Gerente Executivo</b>	Silane Martins
<b>Unidades executoras</b>	Gerência de Administração e Logística (Geal)

**Quadro 41. Execução Física da Ação 2011.**

<b>Função</b>	<b>Subfunção</b>	<b>Programa</b>	<b>Ação</b>	<b>Tipo da Ação</b>	<b>Prioridade</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Meta prevista</b>	<b>Meta realizada</b>	<b>Meta a ser realizada em 2012</b>
18	331	0750	2011	atividade	1	Servidor beneficiado	28	46	32

#### a) **Análise crítica**

A execução ficou acima do previsto, tanto do físico quanto do financeiro, devido ao subsídio como estrutura salarial dos servidores, visto que a solicitação ou não do auxílio é decisão discricionária do servidor.

### 2.3.2.19 Ação 2012 – Auxílio-alimentação aos servidores e empregados

**Quadro 42. Dados gerais da Ação 2012.**

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Tipo de Ação</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Pagamento de auxílio-alimentação em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
<b>Descrição</b>	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Serviço Florestal Brasileiro
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Antônio Carlos Hummel
<b>Gerente Executivo</b>	Silane Martins
<b>Unidades executoras</b>	Gerência de Administração e Logística (Geal)

**Quadro 43. Execução Física da Ação 2012.**

<b>Função</b>	<b>Subfunção</b>	<b>Programa</b>	<b>Ação</b>	<b>Tipo da Ação</b>	<b>Prioridade</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Meta prevista</b>	<b>Meta realizada</b>	<b>Meta a ser realizada em 2012</b>
18	306	0750	2012	atividade	1	Servidor beneficiado	124	122	132

#### a) **Análise crítica**

A execução ficou de acordo com previsto, tanto do físico quanto do financeiro, sendo que a pequena redução no quantitativo se deve à redução do número de servidores em razão de vacâncias e exonerações ocorridas no período.

## **2.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro**

### **2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa**

**Quadro 44. Identificação das Unidades Orçamentárias.**

<b>Denominação das Unidades Orçamentárias</b>	<b>Código da UO</b>	<b>Código Siafi da UGO</b>
Serviço Florestal Brasileiro	44102	440088

### **2.4.2 Programação de Despesas Corrente**

**Quadro 45. Programação de Despesas Correntes.**

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA		11.013.486	10.078.113			22.046.060 27.617.249
	LOA		11.013.486	10.078.113			26.811.111 28.717.249
Créditos	Suplementares		2.790.000	1.936.000			1.910.765 105.573
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
<b>Total</b>		<b>13.803.486</b>	<b>12.014.113</b>			<b>28.721.876</b> <b>28.822.822</b>	

Fonte: Siafi.

### 2.4.3 Programação de Despesas de Capital

**Quadro 46. Programação de Despesas Capital.**

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA	1.620.000	3.460.000				
	LOA	1.770.000	3.785.000				
Créditos	Suplementares	1.406.280					
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
<b>Total</b>		<b>3.176.280</b>	<b>3.785.000</b>				

Fonte: Siafi.

### 2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

**Quadro 47. Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.**

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA		33.059.546	37.695.362	1.620.000	3.460.000	
	LOA		37.824.597	38.795.362	1.770.000	3.785.000	
Créditos	Suplementares		4.700.765	2.041.573	1.406.280		
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
<b>Total</b>		<b>42.525.362</b>	<b>40.836.935</b>	<b>3.176.280</b>	<b>3.785.000</b>		

Fonte: Siafi.

#### Análise crítica:

Quando analisamos as dotações do exercício corrente em relação às dotações do exercício anterior, observamos a manutenção do grupo de despesas correntes (outras despesas correntes) e a diminuição em 16%, aproximadamente, no grupo de despesas de capital (investimento). O Serviço Florestal Brasileiro é um órgão relativamente novo, em fase de expansão e estruturação, e, em função disso, carece de recursos humanos e orçamentários para o desempenho de sua missão institucional, razão pela qual fica prejudicado com a redução em sua programação orçamentária na implementação de suas ações institucionais.

### 2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro 48. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos	440002	18.122.0506.2D25	11.483.339		
			18.122.0750.09HB	1.869.117		
			18.122.0506.2D25			1.922.792,96
			18.127.0506.10F1			126.525,77
			18.127.0506.8304			427.097,48
			18.128.0506.4950			272.764,16
			18.301.0750.2004			120.592,00
			18.301.0750.20CW			22.320,00
			18.306.0750.2012			452.352,00
			18.331.0750.2011			59.136,00
			18.365.0750.2010			21.660,00
			18.541.0506.10TC			302.926,85
			18.541.0506.10TD			337.939,59
			18.541.0506.2D12			4.781.873,78
			18.541.0506.2D13			925.958,99
			18.541.0506.8298			206.058,42
			18.541.0506.8300			859.922,40
			18.571.0506.6035			21.850,00
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimento	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida

<b>Movimentação Interna</b>	<b>Concedidos</b>					
	<b>Recebidos</b>					
<b>Movimentação Externa</b>	<b>Concedidos</b>					
	<b>Recebidos</b>					

Fonte: Siafi.

### **Análise Crítica:**

Refere-se à descentralização externa entre Unidades Orçamentárias do mesmo órgão, objetivando o pagamento da despesa com pessoal, encargos sociais, benefícios e pagamento de pessoal por contratado temporário lotado no SFB.

Os pagamentos de pessoal realizados pela UG 440022 – Ministério do Meio Ambiente (MMA) encontra-se em conformidade com as determinações do contrato de gestão e de desempenho firmado entre o Ministério do Meio Ambiente e SFB, conforme consta da cláusula terceira, inciso IV, desse instrumento.

## 2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

### 2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos

**Quadro 49. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários UJ. Valores em R\$ 1,00**

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Modalidade de Licitação</b>				
Convite				
Tomada de Preços	7.747	782.896		
Concorrência		46.559		37.533
Pregão	5.782.592	4.557.502	2.742.995	2.819.733
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	958.472	1.633.127	755.751	1.582.607
Inexigibilidade	43.200	89.083	21.850	41.220
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	11.478	29.179	11.478	29.179
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha	12.742.677	11.652.530	12.742.677	11.652.530
Diárias	235.578	572.145	235.578	572.145
<b>Outros</b>	11.742.492	12.345.709	10.679.602	12.167.259

Fonte: Siafi.

**Quadro 50. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ.**

**Valores em R\$ 1,00**

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>								
11 – vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	10.550.463	9.543.005	10.550.463	9.543.005			10.550.463	9.543.005
13 – obrigações patronais	1.957.481	1.628.003	1.957.481	1.628.003			1.957.481	1.628.003
96 – ressarcimento de desp. Pessoal requisitado	98.900	257.087	98.900	257.087			98.900	257.087
Demais elementos do grupo	135.833	223.544	135.833	223.544			135.833	224.434
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>								
04 – contratação por tempo determinado	9.395.767	10.107.381	9.395.767	10.107.381			9.395.767	10.107.381
39 – outros serviços de terceiros – pessoas jurídica	3.459.506	1.766.924	3.459.506	1.766.924	1.994.559	395.056	1.464.823	1.371.867
37 – locação de mão-de-obra	1.922.825	1.918.067	1.922.825	1.918.067	553.783	39.873	1.367.199	1.878.194
Demais elementos do grupo	3.715.202	4.686.378	3.715.202	4.686.378	1.625.983	1.001.342	2.089.214	3.681.402

Fonte: Siafi.

**Quadro 51. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ****Valores em R\$ 1,00**

Grupos de Despesa Exercícios	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>4 – Investimentos</b>								
52 – equip. e material permanente – op. Intra-orc	196.298	791.873	196.298	791.873	149.770	602.039	46.038	187.851
41 – Contribuições	85.259		85.259				85.259	
39 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	7.747	805.576	7.747	805.576	7.747	782.896		22.680
Demais elementos do grupo								
<b>5 – Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6 – Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Siafi.

### **Análise crítica:**

Conforme demonstrado nos quadros anteriores, verifica-se que foram adotados todos os procedimentos, durante o exercício de 2011, no que se refere à eficiência na execução orçamentária do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), com estrita conformidade procedimental com o que foi estabelecido no Plano Plurianual (PPA), na Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), na Lei Orçamentária Anual (LOA) e nas demais legislações correlatas.

Vale ressaltar as dificuldades enfrentadas pelo SFB com a diminuição do valor orçamentário aprovado e com os limites definidos para a gestão orçamentária do órgão. Os créditos recebidos seguem a regra determinada pela Portaria de Execução Orçamentária anual, que, por sua vez, orienta as unidades vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente a partir da definição dos limites para movimentação e empenho. Essa prática, além de frustrar as expectativas do órgão, vem gerando problemas no planejamento dos exíguos recursos remanescentes. Históricos de desembolso de limites, como o apresentado, que se repetem a cada ano, bem como a dificuldade de se obter referenciais monetários maiores na elaboração da Proposta Orçamentária, têm sido fatores impeditivos para o cumprimento de uma programação plena, que afetam significativamente os resultados e desempenhos da nossa execução orçamentária e financeira. Sendo assim, é necessária extrema cautela para definir as prioridades a serem executadas e um grande esforço administrativo para reduzir custos de forma que a UJ se ajuste ao limite que lhe é estabelecido. Soma-se, ainda, a dificuldade de conciliar a natureza plurianual do planejamento e da gestão das concessões florestais com o exercício orçamentário, que tem base anual.

Por todo o exposto, conclui-se que os procedimentos orçamentários/financeiros confirmaram-se com os de boa gestão, permitindo ao Serviço Florestal Brasileiro alcançar, no limite orçamentário imposto, o seu objetivo de gerir as florestas públicas brasileiras.

#### **2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos por Movimentação**

Não houve.

#### **2.4.5 Indicadores Institucionais**

O Serviço Florestal Brasileiro ainda não desenvolveu seus indicadores institucionais. Os indicadores estão sendo elaborados e discutidos.

### **3 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos**

Não se aplica.

## 4 Movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

### 4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro 52. Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	70.717			70.717
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	4.331.842	- 104.027	1.769.098	2.458.717
2010	2.821.207	- 1.956.330	2.300.829	504.763
Observações:				

Fonte: Siafi.

### 4.2 Análise crítica

Os empenhos passíveis de inscrição em Restos a Pagar foram analisados de acordo com os dispositivos legais e regulamentares pertinentes, em especial com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); o art. 36 da Lei nº 4.320/1964; o Decreto-Lei nº 200/1967; os artigos 35, 67 e 68 do Decreto nº 93.872/86; e os códigos 02.03.07 e 02.03.18 do manual Siafi.

Em 2011, a inscrição de despesas em Restos a Pagar foi disciplinada ainda pela regra contida no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que veda ao titular de Poder ou Órgão contrair obrigações a serem pagas no exercício seguinte sem que haja disponibilidade de caixa.

## 5 Informações sobre Recursos Humanos

### 5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

#### 5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

Quadro 53. Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)</b>		81	3	15
1.1. Membros de poder e agentes políticos	x	x	x	x
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		81	3	15
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	x	81	3	15
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	x			
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	x		x	x
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	x		x	x
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>		77	2	8
<b>3. Total de Servidores (1+2)</b>	x	158	5	23

Fonte: Siape.

## 5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

**Quadro 54. Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12.**

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	x
1.2. Exercício de Função de Confiança	x
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	x
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	x
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	x
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	x
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	x
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>10</b>
3.1. De ofício, no interesse da Administração	x
3.2. A pedido, a critério da Administração	x
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	x
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	10
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
<b>4. Licença remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>1</b>
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	1
<b>5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>1</b>
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	x
5.3. Atividade política	x
5.4. Interesses particulares	1
5.5. Mandato classista	x
<b>6. Outras situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>5</b>
<b>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>17</b>

Fonte: Siape.

### 5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

Quadro 55. Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em comissão</b>	52	50	6	7
1.1. Cargos Natureza Especial	x	x	x	x
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior		50	6	7
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	x	14	x	x
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	x	2	x	x
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	x	21	6	25
1.2.4. Sem vínculo	x	13	x	x
1.2.5. Aposentados	x	x	x	x
<b>2. Funções gratificadas</b>				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	x	x	x	x
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	x	x	x	x
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	x	x	x	x
<b>3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)</b>	52	50	6	7

Fonte: Siape.

### 5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade.

Quadro 56. Quantidade de servidores da UJ por faixa etária (situação apurada em 31/12).

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	41	54	29	29	6
1.1. Membros de poder e agentes políticos	x	x	x	x	x
1.2. Servidores de Carreira	28	14	12	24	4
1.3. Servidores com Contratos Temporários	13	40	17	5	2
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	12	15	16	10	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	x	x	x	x	x
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	12	15	16	10	1
2.3. Funções gratificadas	x	x	x	x	x
<b>3. Totais (1+2)</b>	53	69	45	39	7

Fonte: Siape.

## 5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

**Quadro 57. Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade (situação apurada em 31/12).**

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>		1		2	28	55			
1.1. <i>Membros de poder e agentes políticos</i>	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1.2. <i>Servidores de Carreira</i>	x	x	x	x	28	65			
1.3. <i>Servidores com Contratos Temporários</i>	x	x	x	x	x	77	x	x	x
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>					5	45			
2.1. <i>Cargos de Natureza Especial</i>	x	x	x	x	x	x	x	x	x
2.2. <i>Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>	x	x	x	1	5	45	x	x	x
2.3. <i>Funções gratificadas</i>	x	x	x	x	x	x	x	x	x
<b>3. Totais (1+2)</b>		1	x	2	33	100	3		

### Legenda

#### Nível de escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

## 5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

### 5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

**Quadro 58. Composição do Quadro de Servidores Inativos (situação apurada em 31 de dezembro).**

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
<b>1. Integral</b>	x	x
1.1 Voluntária	x	x
1.2 Compulsória	x	x
1.3 Invalidez Permanente	x	x
1.4 Outras	x	x
<b>2. Proporcional</b>	x	x
2.1 Voluntária	x	x
2.2 Compulsória	x	x
2.3 Invalidez Permanente	x	x
2.4 Outras	x	x
<b>3. Totais (1+2)</b>	x	x

Fonte: Siape.

## 5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

Quadro 59. Composição do Quadro de Instituidores de Pensão (situação apurada em 31/12).

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
<b>1. Aposentado</b>		
1.1. Integral	2	x
1.2. Proporcional	x	2010
<b>2. Em Atividade</b>		
<b>3. Total (1+2)</b>	2	x

Fonte: Siape.

## 5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Os estagiários do Serviço Florestal Brasileiro estão inclusos na composição do Ministério do Meio Ambiente. Portanto, não é necessário informar o quadro de estagiários, visto que o MMA já o fez.

## 5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro 60. Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2011	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
	2010	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
	2009	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>											
Exercícios	2011	3616244,86	13089,68	484364,76	245812,58	381389,82	330627,76	2035290,66	x	12462,97	7119283,09
	2010	3412654,59	7998,46	456814,94	218594,53	348086,96	206647,83	1752191,54	x	13495,45	6416484,3
	2009	2700571,55	807,55	356776,63	208452,01	122416,99	63890,26	1101806,2	x	13271,54	4567992,73
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2011		6962731,65	578388,33	193632,9	271475,18	11767	26511,23			8044506,29
	2010		7452288,02	615584,15	204029,55	314480,32	x	x	x	x	8586382,04
	2009		4489412,37	393052,5	6853,32	120648,8	x	x	x	x	5009966,99
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2011	4705,26	x	2299,42	x	1232,94	303	2193	x	163,42	10897,04
	2010	x	x	x	x	x	x	x	x	136,69	136,69
	2009	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2011	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	2010	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	2009	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2011	837747,44	1983417,01	290777,67	103207,14	111214,59	43302,06	430674,39		2815,74	3803156,04
	2010	708215,26	2084985,14	294924,48	78182,42	123949,7	10067,8	338030,37	x	1719,33	3640074,5
	2009	425907,21	1902370,23	244497,21	76424,89	99390,74	x	183840,28	x	1076,13	2933506,69
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>											
Exercícios	2011	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	2010	6101,28	421,01	x	x	304	148	3976	x	x	10950,29
	2009	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

## 5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

### 5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Quadro 61. Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada.

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
	x	x	x	x	x
	x	x	x	x	x
	x	x	x	x	x
<b>Análise crítica da situação da terceirização no órgão</b>					

Fonte: Serviço Florestal Brasileiro.

A substituição dos terceirizados seguiu o Termo de Conciliação Judicial firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho em 5 de novembro de 2007. Os funcionários terceirizados foram dispensados por meio da Portaria nº 64/2009 de 17/8/2009 e substituídos por meio de concurso público lançado pelo Edital nº 1 – MMA, de 12 de fevereiro de 2009.

**Quadro 62. Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados**

<b>Nome do empregado terceirizado substituído</b>	<b>Cargo que ocupava no órgão</b>	<b>Data do DOU de publicação da dispensa</b>
Angélica Barros de Souza	Recepcionista	Portaria nº 64/2009
Fabiana Alves Sousa de Andrade	Recepcionista	Portaria nº 64/2009
Flávia Magna Paulino Guedes	Recepcionista	Portaria nº 64/2009
Nayara Christiane da Rocha	Recepcionista	Portaria nº 64/2009
Márcia Regina Paraguassú	Técnico em Secretariado	Portaria nº 64/2009
Sheila Tavares Dias	Técnico em Secretariado	Portaria nº 64/2009
Shirley de Queiroz Máximo	Técnico em Secretariado	Portaria nº 64/2009
Alcâmenes Heródoto Honorato dos Santos	Programador de Computador	Portaria nº 64/2009
Alcebiades Santos Paes	Programador de Computador	Portaria nº 64/2009
Alessandro Macêdo Santos	Programador de Computador	Portaria nº 64/2009
Ana Cristina dos Santos Azevedo.	Programador de Computador	Portaria nº 64/2009
Ana Cristina Espindola de Carvalho	Programador de Computador	Portaria nº 64/2009
Anderson Marques de Oliveira	Programador de Computador	Portaria nº 64/2009
Antônio Edmundo R de Alarcao	Programador de Computador	Portaria nº 64/2009
Daiane Aparecida Madalena da Silva	Programador de Computador	Portaria nº 64/2009
Daniel Oliveira de Carvalho	Programador de Computador	Portaria nº 64/2009
David Pires Veloso	Programador de Computador	Portaria nº 64/2009
Diogo Fernandes Brito	Programador de Computador	Portaria nº 64/2009
Evany José Vilela	Programador de Computador	Portaria nº 64/2009
Hannye Marinho Beresnitzky	Programador de Computador	Portaria nº 64/2009
Jean Mota Feitosa	Programador de Computador	Portaria nº 64/2009
Jefferson Oliveira de Jesus Monteiro	Programador de Computador	Portaria nº 64/2009
Leonardo Jacobina de Andrade	Programador de Computador	Portaria nº 64/2009
Luna Tânia Carvalho Rego	Programador de Computador	Portaria nº 64/2009
Marcus Vinicius Medeiros Moreira	Programador de Computador	Portaria nº 64/2009
Nereida Gomes Amorim	Programador de Computador	Portaria nº 64/2009
Priscila de Oliveira Batista	Programador de Computador	Portaria nº 64/2009
Rayane Fonseca de Queiroz	Programador de Computador	Portaria nº 64/2009
Renato de Lanna Sette Fiuza Lima	Programador de Computador	Portaria nº 64/2009
Rodrigo Caldas Ribeiro	Programador de Computador	Portaria nº 64/2009
Rosângela Cristina de Souza	Programador de Computador	Portaria nº 64/2009
Stephane Paula Santos Santana	Programador de Computador	Portaria nº 64/2009
Thiago Ungaretti Marcondes Melo	Programador de Computador	Portaria nº 64/2009
Wagner Paulo Pereira da Cruz	Programador de Computador	Portaria nº 64/2009
Alessandra Pedrosa Gomides	Secretário Executivo	Portaria nº 64/2009
Camila Andrade Simões de Freitas	Secretário Executivo	Portaria nº 64/2009
Karla Beatriz Félix Ferreira	Secretário Executivo	Portaria nº 64/2009
Cleriane dos Santos Matias Borges	Secretário Executivo	Portaria nº 64/2009
Elisângela dos Santos Silva	Secretário Executivo	Portaria nº 64/2009
Fabiana Texeira Barbosa	Secretário Executivo	Portaria nº 64/2009
Francisca Kalidaza Lacerda Medeiros	Secretário Executivo	Portaria nº 64/2009
Gláucia Maria Menezes da Silveira	Secretário Executivo	Portaria nº 64/2009
Hugo Menezes Alvares da Silva	Secretário Executivo	Portaria nº 64/2009
Klayton Wesley Fernandes Pereira	Secretário Executivo	Portaria nº 64/2009
Letusia Aquino de Araújo	Secretário Executivo	Portaria nº 64/2009
Mairá de Sá Mendes	Secretário Executivo	Portaria nº 64/2009
Maria Carolina Guimarães Babieri	Secretário Executivo	Portaria nº 64/2009
Mariana Fraij Cortes de Araújo	Secretário Executivo	Portaria nº 64/2009
Stela Maria de Miranda Camões de Andrade	Secretário Executivo	Portaria nº 64/2009
Camila Media Chagas	Secretário Executivo	Portaria nº 64/2009

Ernestina Almira de Araújo Neta	Secretário Executivo	Portaria nº 64/2009
Mariana Rodrigues Cavalcante	Secretário Executivo	Portaria nº 64/2009

Fonte: Contrato 17/2009 do Serviço Florestal Brasileiro.

## 5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

**Quadro 63. Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados.**

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	
Ministério do Meio Ambiente	Portaria nº 64/2009	17/8/2009	48

Fonte: Contrato 17/2009 do Serviço Florestal Brasileiro.

### 5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade.

**Quadro 64. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.**

Unidade Contratante													
Nome: SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO													
UG/Gestão: 440075/0001						CNPJ: 37.115.375/0008-83							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	33/2010	Beta Brasil – CNPJ: 09540692/0001-35	22/09/2010	22/09/2012							A
2011	V	O	01/2011	Sistemare Vigilância e Segurança – LTDA CNPJ: 04630524/0001-17	17/02/2011	16/02/2012							A
2011	V	O	05/2011	Transbrasil Vigilância e Segurança	23/03/2011	22/03/2012							A
2010	V	O	09/2010	Vidicom – Serviços de Vigilância – CNPJ: 07069574/0001.65	01/04/2010	15/04/2012							
2010	V	O	34/2010	Absoluta Comércio e Serviços – LTDA	23/11/2010	21/04/2012							A
2011	L	O	07/2011	Betron Manutenção de Serviços – LTDA – CNPJ: 04743378/0001-36	25/04/2011	24/04/2012							A
2011	L	O	16/2011	A.M.I Comércio e Serviços – LTDA – CNPJ: 04630524/0001-17	03/08/2011	02/08/2012							A
2010	V	O	35/2010	Transbrasil Vigilância e Segurança – CNPJ: 10570899/0001-31	23/11/2010	22/11/2011							E
<b>Observações:</b>													
<b>Legenda</b> <b>Área:</b> (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. <b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Siasg.

#### 5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

**Quadro 65. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.**

Unidade Contratante													
Nome: SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO													
UG/Gestão: 440075				CNPJ: 371153750008-83									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	1	O	33/2010	Beta Brasil – CNPJ: 09540.692/0001-35	22/09/2010	22/09/2012							A
2011	3	O	01/2011	Sistemare Vigilância e Segurança – LTDA CNPJ: 04630.524/0001-17	17/02/2011	16/02/2012							A
2011	3	O	05/2011	Transbrasil Vigilância e Segurança – LTDA CNPJ:10570899/0001-31	23/03/2011	22/03/2012							A
2010	3	O	09/2010	VIDICOM – Serviços de Vigilância CNPJ: 07069574/0001-65	01/04/2010	15/04/2012							P
2010	3	O	34/2010	Absoluta Comércio e Serviços – LTDA CNPJ:07069574/0001	23/11/2010	21/04/2012							A
2011	7	O	02/2011	Betron Manutenção de Serviços – LTDA CNPJ: 04743378/0001-36	25/04/2011	24/04/2012							A
2011	1	O	07/2011	Betron Manutenção de Serviços – LTDA CNPJ: 04743378/0001-36	25/04/2011	24/04/2012							A
2011	6	O	10/2011	Betron Manutenção de Serviços – LTDA CNPJ: 04743378/0001-36	25/04/2011	24/02/2012							A
2011	14	O	11/2011	Betron Manutenção de Serviços – LTDA CNPJ: 04743378/0001-36	25/04/2011	24/02/2012							A
2010	1,6,7; 4	O	13/2010	Amazon Construções e Serviços – LTDA – CNPJ: 04.558.234.0001-00	01/07/2010	29/06/2012							A
2011	7	O	15/2011	A.M.I Comércio e Serviços – LTDA – CNPJ: 04.630.524.0001-17	03/08/2011	02/08/2012							P
2011	1	O	16/2011	A.M.I Comércio e Serviços – LTDA –	03/08/2011	02/08/2012							A

				CNPJ: 04.630.524.0001-17									
2011	4	O	17/2011	A.M.I Comércio e Serviços – LTDA – CNPJ: 04.630.524.0001-17	03/08/2011	02/08/2012							A
2011	6	O	18/2011	A.M.I Comércio e Serviços – LTDA – CNPJ: 04.630.524.0001-17	03/08/2011	02/08/2012							A
2010	7	O	38/2010	MGO DE FREITAS – CNPJ: 06865312/0001-44	01/12/2010	30/11/2012							P
2011	14	O	09/2011	A4 SERVIÇOS – CNPJ: 07.564.344/0001- 72	14/04/2012	31/12/2011							E
2010	7	O	27/2010	A4 SERVIÇOS - CNPJ: 07.564.344/0001-72	02/08/2010	31/12/2011							E
2010	3	O	35/2010	Transbrasil Vigilância e Segurança – LTDA CNPJ:10570899/0001-31	23/11/2010	22/11/2011							E

**Observações:**

**Legenda**

**Área:**

1. *Conservação e Limpeza;*
2. *Segurança;*
3. *Vigilância;*
4. *Transportes;*
5. *Informática;*
6. *Copeiragem;*
7. *Recepção;*
8. *Reprografia;*
9. *Telecomunicações;*
10. *Manutenção de bens móveis*
11. *Manutenção de bens imóveis*
12. *Brigadistas*
13. *Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes*
14. *Outras*

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siasg.

## **5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos**

O Serviço Florestal Brasileiro não desenvolveu indicadores gerenciais sobre recursos humanos, pois este órgão não possui RH próprio. Os assuntos relacionados a RH são tratados pela Coordenação Geral de Gestão de Pessoas do Ministério do Meio Ambiente.

## 6 Transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação ou termo de compromisso

### 6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício

#### 6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

Quadro 66. Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO									
CNPJ: 37.115.375/0001-00				UG/GESTÃO: 440075/0001					
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	715388/2009	Jardim Botânico de Brasília	112.000	12.000	2010	2011	31/12/2009	30/04/2011	1
1	715531/2010	Fundação Universidade Regional de Blumenau/FURB	674.400	112.400	2010	2012	01/7/2010	30/6/2012	1
4	02080.00023 1/2010-86	Jardim Botânico do Rio de Janeiro/JBRJ	700.000	-	2010	2011	DEZ/2010	DEZ/2011	1
1	02209.02043 8/2011-64	SEMACE	1.183.333,33	133.333,33,	2011	2011	16/12/2011	16/12/2013	1
<p><b>Legenda</b></p> <p><b>Modalidade:</b></p> <p>1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso</p> <p><b>Situação da Transferência:</b></p> <p>1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado</p>									

Fonte: Siconv.

### 6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios.

Quadro 67. Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO					
CNPJ:	37.115.375/0008-83					
UG/GESTÃO:	440075/0001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	2	1		85.258,58	576.741,00	
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação		1			700.000,00	
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>						

Fonte: Siafi.

### 6.1.3 Conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

Quadro 68. Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes.

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Serviço Florestal Brasileiro					
CNPJ: 37.115.375/0008-83			UG/GESTÃO: 440075/0001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Contratados	Valores (R\$ 1,00)		% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
			Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	1	Semace – Governo do Estado do Ceará	0,00	1.050.000,00	0%
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
<b>Totais</b>					

Fonte: Siconv.

## 6.2 Prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

**Quadro 69. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.** Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO					
CNPJ: 37.115.375/0008-83			UG/GESTÃO: 440075/0001		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	85.258,58		
2010	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	1	700.000	
		Montante Repassado	476.741		
2009	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Siafi.

## 6.2.1 Análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

**Quadro 70. Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse**

Valores em R\$  
1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO					
CNPJ: 37.115.375/0008-83			UG/GESTÃO: 440075/00001		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas				
	Com prazo de análise ainda <b>não vencido</b>	Quantidade	Contas analisadas		
			Contas Não analisadas	2	
		Montante repassado (R\$)			
	Com prazo de análise <b>vencido</b>	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
Contas NÃO analisadas		Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2010	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2009	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado					
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
		Montante repassado			

Fonte: Siconv.

## 6.3 Análise Crítica

Em 2011, o Serviço Florestal Brasileiro possuía três convênios e um termo de compromisso vigentes.

O convênio com o Jardim Botânico de Brasília e o Termo de Compromisso firmado com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro foram cancelados no início de 2012 e não tiveram transferências.

O convênio com a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (Semace) foi assinado no final de 2011, com o objetivo de implementar o Inventário Florestal no estado. Esse convênio encontra-se em fase de planejamento das ações.

## **7 Declaração da área responsável atestando as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres**

Esta declaração encontra-se no item declarações anexas. Destaca-se que o Serviço Florestal Brasileiro elaborou duas declarações separadas, uma que trata do Siasg e outra que trata do Siconv, em razão do servidor responsável ser diferente para cada sistema.

## **8 Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.**

Esta informação é fornecida pela Coordenação Geral de Gestão de Pessoas do Ministério do Meio Ambiente e, portanto, encontra-se disponível no relatório de gestão do MMA.

## 9 Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.

### 9.1 Estrutura de controles internos da UJ

**Quadro 71. Estrutura de controles internos da UJ.**

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		x			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		x			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		x			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			x		
<b>Informação e Comunicação</b>					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x

24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					x
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		x			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Considerações gerais:					
<p><b>Legenda</b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

## 10 Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental

### 10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 72. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora, bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?				X	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade desses bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de			X		

<p><i>proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</i></p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?</p>					
<p><i>Considerações Gerais:</i></p>					
<p><b>Legenda</b>  <b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

## 11 Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ

### 11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Destaca-se que o Serviço Florestal Brasileiro não possui bens imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade, por isso o “Quadro A.11.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União” e o “Quadro A.11.3 Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ” não foram apresentados neste Relatório.

**Quadro 73. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.**

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
		Exercício 2011	Exercício 2010
BRASIL	<b>UF 1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
	Santarém - PA		1
	Porto Velho - RO	1	
	Curitiba – PR	1	
	<b>UF “n”</b>		
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
<b>Subtotal Brasil</b>			
EXTERIOR	<b>PAÍS 1</b>		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	<b>PAÍS “n”</b>		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
<b>Subtotal Exterior</b>			
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>			

Fonte: Gerência de Administração e Logística (Geal).

O Serviço Florestal possui quatro Unidades Regionais (URs), localizadas nos seguintes municípios: Porto Velho (RO), Curitiba (PR), Natal (RN) e Santarém (PA).

No ano de 2010, foi alugado um imóvel para abrigar a sede da Unidade Regional BR 163, localizada em Santarém. As demais unidades utilizaram espaço físico, mobiliário e máquinas pertencentes a entidades do governo federal para realizarem suas atividades, quais sejam: Ibama (RN), Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam- RO) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa – PR).

## 12 Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI)

Quadro 74. Gestão da Tecnologia da Informação da UJ.

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
<b>Recursos Humanos de TI</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	5				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do órgão/entidade.	X				
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			X		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas, quando feito na UJ, segue metodologia definida.		X			
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do órgão/entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ, é exigido acordo de nível de serviço.				X	
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	100%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI, são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ, e não somente em termos de TI.					X
13. O órgão/entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais: <b>Legenda</b> <b>Níveis de avaliação:</b> (1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					

## 13 Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal

### 13.1 Despesas com cartão de crédito corporativo

#### 13.1.1 Relação dos portadores de cartão de crédito corporativo na unidade e utilização no exercício

**Quadro 75. Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.** Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	440075	Limite de Utilização da UG	R\$ 50.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Josemar Mendes de Sousa	031.215.684-77	9.000,00	450,00	1.500,22	<b>1.950,22</b>
Elisângela Gemaque de Almeida	612.222.270-20	9.400,00	860,00	1.756,90	<b>2.616,90</b>
Mikhail Gorbachev Gui Eirado	691.693.811-00	7.091,00	420,00	1.242,00	<b>1.662,00</b>
Anna Fanzeres	836.493.877-00	25.200,00	0,00	1015,00	<b>1.015,00</b>
Tatiane Yoli Canton Souza	012.513.735-42	11.500,00	170,00	890,00	<b>1.060,00</b>
Carlos Alberto Ferreira	096.936.106-87	8.000,00	738,00	1.158,32	<b>1.896,32</b>
Joberto Veloso de Freitas	150.262.992-53	8.000,00	260,00	0,00	<b>260,00</b>
Edson Rangel da Silva Junior	490.350.101-91	3.100,00	240,00	390,00	<b>630,00</b>
Getúlio Ferreira de Almeida	210.656.831-20	2.800,00	1.380,00	86,10	<b>1.466,10</b>
Marcelo Santos Melo	601.596.772-20	8.000,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Rosalina dos Santos Dias	312.651.972-53	8.450,00	0,00	2.552,90	<b>2.552,90</b>
Newton Duque Estrada Barcellos	425.519.357-68	3.000,00	270,00	600,00	<b>870,00</b>
<b>Total utilizado pela UG</b>			<b>4.788,00</b>	<b>11.191,44</b>	<b>15.979,44</b>
<b>Código da UG 2:</b>		<b>Limite de Utilização da UG:</b>			
<b>Total utilizado pela UG</b>					
<b>Total utilizado pela UJ</b>					

Fonte: Siafi.

#### 13.1.2 Utilização dos cartões de crédito corporativo

**Quadro 76. Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).**

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
<b>2011</b>	14	4.788,00	36	11.191,44	<b>15.979,44</b>
<b>2010</b>	28	7.580,00	54	18.156,89	<b>25.736,89</b>
<b>2009</b>	21	9.025,00	47	19.562,55	<b>28.587,55</b>

Fonte: Gerência de Administração e Logística (Geal).

## 14 Renúncias Tributárias

Não se aplica.

## 15 Providências adotadas para atender às deliberações exaradas em

### Acórdãos do TCU.

#### Quadro 77. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Serviço Florestal Brasileiro					1927
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
		AC 2.293/2009	9.2.7		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério do Meio Ambiente – Serviço Florestal Brasileiro					1927
Descrição da Deliberação					
<p>Recomendou ao Ministério do Meio Ambiente que examinasse a adoção de medidas que possibilitassem a operacionalização efetiva do Portal Nacional de Gestão Florestal, distinguindo as informações sobre os desmatamentos legais das sobre os ilegais.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Serviço Florestal Brasileiro – Gerência de Informações Florestais					1927
Síntese da providência adotada					
<p>O Serviço Florestal tem empreendido esforços no sentido de implementar o PNGF junto aos estados e ao Ibama. No ano de 2011, foram realizados quatro cursos, sendo capacitados 40 técnicos dos estados da região Norte, Nordeste, além de técnicos dos estados do Mato Grosso, do Rio de Janeiro e do Ibama.</p> <p>Com relação ao tema do desmatamento, cabe aos órgãos integrantes do Sisnama, conforme Resolução Conama 379/2006, disponibilizar na internet informações sobre “autorizações para supressão da vegetação arbórea natural para uso alternativo do solo, cuja área deverá estar georreferenciada nos termos da legislação em vigor, bem como a localização no imóvel das áreas de preservação permanente e de reserva legal”. Esses dados correspondem ao desmatamento legal. O Portal Nacional da Gestão Florestal possui entrada para esses dados e está disponível aos estados para inclusão dessas informações, o que permitirá a consulta em forma de relatórios, que poderão ser customizados por região, bioma, estado ou município, conforme o interesse do usuário. Não cabe ao Portal Nacional da Gestão Florestal disponibilizar informações quanto aos desmatamentos ilegais.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>O Ministério do Meio Ambiente, por meio do Serviço Florestal Brasileiro, desenvolveu o Portal Nacional da Gestão Florestal (PNGF), que é uma importante ferramenta para oferecer a toda população brasileira informações sobre a gestão florestal no país (<a href="http://www.florestal.gov.br/pngf">www.florestal.gov.br/pngf</a>). A construção do PNGF busca atender às diretrizes da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama nº 379, de 19 de outubro de 2006, e ao Decreto nº 5.975, de 30 de novembro de 2006, que tratam da integração, padronização, transparência, divulgação de informações e controle dos produtos e subprodutos florestais. Cumpre-se, particularmente, ao estabelecido no artigo 4º da Resolução Conama nº 379.</p> <p>A versão 1.0 do PNGF permite disponibilizar informações sobre as instituições que atuam na gestão florestal, os planos de manejo florestal aprovados, as autorizações de transporte de produtos florestais, as autorizações de supressão de vegetação nativa, a reposição florestal, a participação social na gestão florestal e a legislação florestal vigente no país.</p> <p>O PNGF é composto por um Portal <i>Web</i>, que permite consultar os diversos temas, com uma grande variedade de formatos, como tabelas, gráficos e mapas. Compõe também o PNGF um sistema de Entrada de Dados, disponibilizado para todas as instituições públicas, federais ou estaduais, responsáveis pela gestão florestal. Essas instituições serão responsáveis por manter o banco de dados do PNGF atualizado com as informações sobre gestão florestal, que estarão disponíveis para toda a população, através do Portal <i>Web</i>, conforme previsto na Resolução Conama nº 379/2006. Além disso, o PNGF possui uma funcionalidade de importação automática de dados, que poderá ser utilizada pelas instituições que já possuem sistemas de informação estruturados.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>No ano de 2012, o Serviço Florestal continuará a empreender esforços para divulgação e capacitação de técnicos para inclusão de informações no PNGF. No entanto, a inclusão de dados no sistema é uma tarefa que cabe exclusivamente aos estados e ao Ibama.</p>					

## **16 Tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno.**

Não houve.

## **17 Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão**

Não há.

### **Parte B**

#### **1 Declaração do contador responsável**

Encontra-se no item declarações anexas.

### **Parte C**

#### **1 Projetos e Programas financiados com recursos externos**

Apesar da existência de ações que são executadas com recursos externos, em nenhum dos projetos executados pelo SFB houve internalização de recursos externos no orçamento. Os recursos foram executados diretamente pelos organismos internacionais, por meio de cooperação técnica ou financeira.

O SFB não executou nenhum projeto de cooperação técnica na modalidade execução nacional.

## Considerações Finais

Após a apresentação dos resultados alcançados pelo Serviço Florestal Brasileiro no exercício de 2011, podemos considerar que os objetivos e as metas físicas e financeiras do órgão atingiram resultados satisfatórios.

O processo de concessão florestal sofreu mudanças com a aprovação de quatro Resoluções que alteraram o regime econômico e financeiro das concessões florestais. Com essas mudanças, em 2012 serão lançados editais de concessão florestal, que contribuirão para o alcance da meta estratégica de atingir mais de 1 milhão de hectares de florestas públicas sob concessão florestal até 2013.

A implementação do Inventário Florestal Nacional avançou no ano de 2011, com a elaboração do Inventário do Distrito Federal. Em 2012, o convênio com o estado do Ceará, que foi assinado em 2011, executará o IFN naquele estado. Destaca-se ainda a execução do Projeto GEF, que desenvolverá várias atividades relativas à implementação do Inventário Florestal no Brasil. Os dados que serão disponibilizados sobre os recursos florestais servirão de base para a formulação de políticas públicas mais efetivas voltadas para o setor e suprirão a demanda por informações sobre as florestas brasileiras tanto para o Brasil e quanto para os organismos internacionais.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, cujo objetivo principal é apoiar projetos que desenvolvam o setor, em 2012 iniciará a execução de seus primeiros projetos. Ao todo são 21 projetos apoiados, que realizarão capacitação e assistência técnica nos diversos biomas brasileiros. As ações do FNDF, somadas às ações do Plano Anual do Manejo Florestal Comunitário e Familiar, irão aprimorar o manejo florestal sustentável e, assim, gerarão benefícios econômicos e sociais para os povos da floresta.

Destaca-se que a gestão florestal brasileira necessita de uma reestruturação institucional no âmbito federal. A atual estrutura de governo que trata do setor possui muitos gargalos e lacunas. A existência de vários órgãos envolvidos em um mesmo processo, como é o caso da concessão florestal, gera atrasos e ineficiência, prejudica o clima de negócios e o alcance de seus objetivos. Dessa forma, o Serviço Florestal Brasileiro tem discutido com o Ministério do Meio Ambiente, a fim de construir uma proposta de reestruturação do marco institucional da gestão florestal.

## **Anexo I**

## **CONTRATO DE GESTÃO E DE DESEMPENHO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E O SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO-SFB.**

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, órgão da Administração Pública Federal, no termos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, inscrito no CNPJ nº 37.115.375/0001-07, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 5º andar, Brasília/DF, neste ato representado pelo seu Ministro de Estado, **CARLOS MINC**, brasileiro, casado, nomeado pelo Decreto Presidencial de 26 de maio de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 27 de maio de 2008, residente e domiciliado em Brasília/DF, portador da Carteira de Identidade nº 023814593-IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 694.816.527-34 e o **SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO-SFB**, instituído pela Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, com sede SCEN Trecho 2, Lote 4, Bloco H, Brasília/DF, por intermédio seu Conselho Diretor, neste ato representado por seu Diretor-Geral, **ANTÔNIO CARLOS HUMMEL**, portador da Carteira de Identidade nº 309.990, SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 112.506.231-20, brasileiro, com delegação de competência estabelecida pela Portaria nº 149, de 6 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 7 de abril de 2009, entre si celebram o presente **CONTRATO DE GESTÃO E DE DESEMPENHO**, que define as relações e compromissos entre os signatários, constituindo-se em instrumento de acompanhamento e avaliação do desempenho institucional do SFB, para efeito de supervisão ministerial e de estipulação de autonomia financeira e administrativa conforme especificado neste Contrato de Gestão, tudo em conformidade o disposto no § 8º do art. 37 da Constituição e em especial, no art. 67 da Lei nº 11.284, de 2006, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Contrato de Gestão e de Desempenho tem por objeto assegurar ao Serviço Florestal Brasileiro-SFB, autonomia administrativa e financeira, no grau conveniente ao exercício de suas atribuições, de forma a contribuir para a execução das políticas nacionais de gestão de florestas públicas.

Parágrafo único. Para o alcance de seus objetivos, este instrumento estipula:

- I - obrigações e as responsabilidades das partes;
- II - condições para a execução das obrigações pactuadas;
- III - resultados anuais a serem alcançados pelo SFB;
- IV - critérios de avaliação dos resultados; e
- V - formas de alteração, rescisão, penalidades e demais termos contratuais.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO SFB**

Encaminhar ao Ministério do Meio Ambiente, até 31 de março de cada ano, Relatório de Gestão, referente ao ano anterior, com a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento dos resultados, relacionadas a este Contrato.

Apresentar, até 28 de fevereiro de cada ano, o Planejamento Operacional Anual-POA para os anos de 2010 e 2011, contendo as atividades e o demonstrativo de compatibilidade de seu planejamento anual com o orçamento, e sem prejuízo de suas competências. Com vistas à avaliação de seu desempenho, são considerados como resultados para os anos de 2010 e 2011:

I - implantar o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, previsto no parágrafo único do art. 14, § 1º da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006;

II - elaborar anualmente o Plano Anual de Outorga Florestal, previsto no art. 10 da Lei nº 11.284, de 2006;

III - operacionalizar os contratos, caso ocorram, previstos no art. 70, § 6º da Lei nº 11.284, de 2006;

IV - implantar em cinco Estados o Inventário Florestal Nacional-IFN;

V - apoiar, no mínimo, trinta iniciativas de manejo florestal comunitário;

VI - implantar o Portal da Gestão Florestal, em acordo à Resolução CONAMA nº 379, de 19 de outubro de 2006;

VII - realizar cinco processos licitatórios para concessão florestal em floresta pública da União;

VIII - implantar o Sistema de Rastreamento da madeira extraída das concessões florestais.

IX - implementar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal-FNDF e respectivo Conselho Consultivo, previstos no art. 41 da Lei nº 11.284, de 2006;

X - implantar o Sistema de Monitoramento das Concessões Florestais;

XI - estruturar três Unidades Regionais do SFB;

XII - capacitar 500 atores do setor florestal em práticas de manejo florestal;

XIII - implantar a Política de Tecnologia da Informação do SFB; e

XIV - apoiar 3 Estados nos processos de concessão florestal estadual.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

I - proceder ao acompanhamento e à supervisão do desempenho do SFB na execução deste Contrato;

II - apresentar, com antecedência de 90 dias do término de sua vigência, parecer conclusivo quanto à renovação deste Contrato, conforme disposto na Cláusula Décima Primeira;

III - disponibilizar os limites orçamentários e financeiros consignados ao SFB na Lei Orçamentária Anual-LOA, dos exercícios de 2010 a 2011, e seus créditos adicionais, considerando previamente a partilha entre as unidades do Ministério do Meio Ambiente decorrente dos montantes estabelecidos pelo Poder Executivo para a execução da programação orçamentária e financeira de cada exercício, em consonância com suas obrigações institucionais, as obrigações previstas em seu Plano Estratégico Institucional, bem como as obrigações assumidas neste Contrato;

IV - promover as atividades de gestão de pessoal relativa aos servidores lotados e disponibilizados ao SFB, incluindo o pagamento da folha e os procedimentos relacionados ao Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal-SIPEC;

V - apresentar proposta de sistema de monitoramento e avaliação deste Contrato de Gestão, em até cento e vinte dias de sua assinatura, para pactuação com o SFB;

VI - analisar, sugerir adequações e aprovar o Plano Estratégico Institucional do SFB.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**

O montante de recursos para a execução deste Contrato de Gestão será aquele fixado na Lei Orçamentária Anual e seus créditos adicionais, sendo que a cada ano, após a aprovação do orçamento pelo Congresso Nacional e estabelecida pelo Poder Executivo a programação financeira, com o cronograma de execução mensal de desembolso para os órgãos setoriais e suas respectivas alterações, o Ministério do Meio Ambiente reunirá-se com o SFB para acordarem sobre o seu cronograma orçamentário-financeiro, que passará a integrar o presente Contrato, podendo refletir nos resultados propostos para cada exercício.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA CONCESSÃO DE AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

O SFB terá autonomia de gestão, com a delegação ao Conselho Diretor do SFB, na forma do art. 49, § 1º, e do art. 67 da Lei nº 11.284, de 2006, de atribuições para:

I - desenvolver as ações de caráter de gestão orçamentária e financeira:

a) licitar, com a elaboração dos termos e dos critérios de seleção, publicação dos editais, julgamentos, inclusive dos recursos, homologação e adjudicação ao vencedor do certame, quanto às contratações administrativas ordinárias, bem como dispensar a licitação, de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

b) celebrar contratos administrativos, convênios e instrumentos congêneres com órgãos e entidades nacionais, públicas ou privadas, em conformidade com a legislação vigente;

c) firmar acordos, contratos ou convênios com organismos estrangeiros ou internacionais, mediante aprovação prévia do Ministro de Estado do Meio Ambiente;

d) autorizar, mediante processo formal, a doação de bens adquiridos pelos convenentes com recursos de convênios firmados com Estados, Distrito Federal e Municípios, desde que prevista no referido instrumento e de acordo com o Decreto nº 6.087, de 20 de abril de 2007 (que altera o Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990), o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 e a Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 127/2008, com suas alterações;

e) praticar atos de gestão orçamentária e financeira dos recursos alocados na Unidade Gestora 440075 - SFB, bem como das Unidades Gestoras, cuja responsabilidade esteja vinculada ao SFB, inclusive ordenar despesas e demais atos necessários ao desenvolvimento de suas atividades;

f) autorizar a concessão de suprimento de fundos e manifestar-se sobre a prestação de contas;

g) empenhar e anular despesas e autorizar pagamentos;

h) monitorar as contas bancárias e emitir ordens bancárias;

i) conceder diárias e ajudas de custo;

j) autorizar a aquisição de passagens aéreas e terrestres em território nacional e internacional;

k) exercer atribuições de ordenador de despesas, obedecida a legislação específica;

l) atuar como responsável perante à Secretaria da Receita Federal do Brasil, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ao Instituto Nacional do Seguro Social, aos Cartórios em geral, à rede bancária, às concessionárias de serviços públicos e outras entidades;

m) elaborar a proposta orçamentária e do Plano Plurianual, no seu âmbito de atuação; e

n) nomear os ordenadores de despesas das Unidades Gestoras vinculadas ao SFB.

II - desenvolver as ações relativas à gestão de Florestas Públicas, em conformidade com o art. 49 da Lei nº 11.284, de 2006:

a) estabelecer os termos de licitação e os critérios de seleção;

b) publicar editais, julgar licitações, promover os demais procedimentos licitatórios, definir os critérios para formalização dos contratos para o manejo florestal sustentável e celebrar os contratos de concessão florestal; e

c) estabelecer orientações, diretrizes, deliberações normativas e recomendações e emitir resoluções para disciplinar as matéria relativas à gestão de Florestas Públicas.

III - desenvolver as ações relativas à organização e estrutura do SFB:

a) aprovar ou readequar sua estrutura regimental, sem aumento de despesas, observadas as disposições específicas previstas em lei e o quantitativo de cargos destinados à entidade;

b) estabelecer orientações, diretrizes, deliberações normativas e recomendações e emitir resoluções para disciplinar as matéria relativas à organização e estrutura do SFB;

c) definir a localização das unidades regionais do SFB; e

d) nomear, designar e dispensar servidores em exercício no SFB para ocuparem cargos em comissão (DAS 101.1, 101.2 e 101.3) e funções gratificadas.

Parágrafo único. O assessoramento jurídico e o controle de legalidade dos atos do SFB serão realizados pela Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente, conforme Nota DECOR/CGU/AGU nº 344/2007-PGU e Despachos DECOR/CGU/AGU nº 317/2007-STF e CGU/AGU nº 198/2007-JD, aprovados pela Advocacia-Geral da União.

## **CLÁUSULA SEXTA - DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**

O monitoramento e avaliação do desempenho deste Contrato bem como de seus resultados serão empreendidos por meio de um Comitê de Monitoramento e Avaliação.

Parágrafo único. O Comitê de Monitoramento e Avaliação será composto por representantes da Secretaria de Biodiversidade Florestal-SBF, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração-SPOA, e do Departamento de Gestão Estratégica-DGE.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

O presente Contrato de Gestão poderá ser alterado, em comum acordo, por iniciativa do Ministério do Meio Ambiente ou do SFB, sempre que necessário e a qualquer tempo, mediante proposta devidamente justificada.

Parágrafo Primeiro. A alteração de que trata esta Cláusula poderá ser solicitada para a revisão do Plano Estratégico Institucional ou dos objetivos e resultados pactuados, por meio deste Contrato.

Parágrafo Segundo. A ocorrência de fatores externos, que possam afetar de forma significativa o cumprimento dos objetivos e resultados contratados, ensejará sua revisão.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO E DAS CONSEQUÊNCIAS**

O presente Contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, unilateralmente, por descumprimento dos resultados pactuados, sem justificativa aceita ou por acordo entre as partes, devidamente justificada.

Parágrafo Primeiro. A rescisão deste Contrato importa na imediata suspensão da ampliação de autonomia de gestão de que trata a Cláusula Quinta, cabendo ao Ministério do Meio Ambiente a adoção dos atos necessários à revogação da ampliação de autonomia.

Parágrafo Segundo. São nulos os atos praticados em contrariedade à suspensão de que trata o parágrafo anterior, sujeitando aqueles que o praticarem às sanções legais cabíveis.

## **CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES**

No caso de descumprimento injustificado dos objetivos e resultados pactuados, o SFB poderá perder a autonomia administrativa e financeira, assim como suspender-se-ão os termos contratados.

Parágrafo único. Os dirigentes que derem causa ao descumprimento dos objetivos avençados, bem como a eventuais faltas cometidas, serão responsabilizados, proporcionalmente ao grau de suas inadimplências, nas esferas penal, civil e administrativa, na forma da legislação aplicável ao caso concreto.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICIDADE**

O Ministério do Meio Ambiente fará publicar no Diário Oficial da União, de acordo com a legislação vigente, o extrato do presente Contrato.

Parágrafo único. O SFB disponibilizará os Relatórios de Gestão e demais documentos propostos pelo sistema de avaliação, conforme disposto na Cláusula Terceira, por meios físicos e eletrônicos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA**

O presente Contrato vigorará da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2011.

A renovação deste Contrato será proposta pelo SFB, anteriormente ao término de sua vigência e será baseada na pactuação de resultados que permitam a avaliação objetiva do desempenho do SFB.

Os atos praticados pelo SFB no período de 1º de janeiro de 2010 até a data de publicação deste contrato poderão ser convalidados.

E, por estarem assim justas e acordadas, firmam as partes o presente Contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma e para os mesmos fins de direito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Brasília, de março de 2010.

**CARLOS MINC**  
Ministro de Estado do Meio Ambiente

**ANTÔNIO CARLOS HUMMEL**  
Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Nome completo:  
Endereço:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome completo:  
Endereço:  
CPF:

## **Declarações**

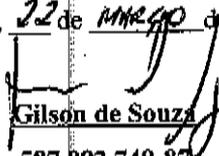
## ITEM 7 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

### Quadro A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SICONV.

#### DECLARAÇÃO

Eu, Gilson de Souza, CPF nº 587.092.749-87, analista ambiental, exercido no Serviço Florestal Brasileiro declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 22 de MARÇO de 2012.

  
Gilson de Souza  
587.092.749-87

Analista Ambiental

Serviço Florestal Brasileiro/MMA

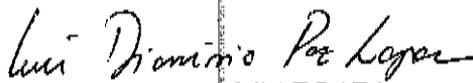
## ITEM 7 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

### Quadro A.7.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG

#### DECLARAÇÃO

Eu, Luis Dionísio Paz Lapa, CPF nº 386.043.531-00, Coordenador de Licitações e Contratos, exercido no SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 15 de maio de 2012.

  
LUIS DIONISIO PAZ LAPA

386.043.531-00

Coordenador de Licitações e Contratos

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

<b>DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código da UG</b>	
<b>SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB</b>			
Serviço Florestal Brasileiro – SFB/PD-ITTO		440056/00001	
Serviço Florestal Brasileiro – SFB		440075/00001	
Serviço Florestal Brasileiro – SFB-FINAN/ORÇ		440088/00001	
Serviço Florestal Brasileiro – SFB/FNDF		440094/00001	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>BRASÍLIA/DF</b>	<b>Data</b>	<b>27/01/2012</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>JANE MÁRCIA ASSUNÇÃO</b>	<b>CRC nº</b>	<b>5477/O-0-DF</b>

Serviço Florestal Brasileiro  
[www.florestal.gov.br](http://www.florestal.gov.br)  
SCEN, Av. L4, Trecho 2, Bloco H  
70.818-900 / Brasília - DF  
Tel. +55 61 2028-7272 / +55 61 2028-7269 (Fax)